

Acção Socialista

Nº 1253 - 28 Outubro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



ORÇAMENTO DE ESTADO 2006

CREDIBILIDADE CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO

Credibilidade Cenário macro-realista (pressupostos de 65,6 dólares para preço do petróleo e 2,4% para taxa de juro), tendo por base uma avaliação rigorosa da situação das finanças públicas, sem recorrer a receitas extraordinárias, diminuindo para níveis historicamente baixos as cativações a efectuar;

Consolidação Contenção e redução da despesa pública, estudo sobre sustentabilidade da Segurança Social, Programa Plurianual de redução da Despesa Corrente, simplificação e moralização do sistema fiscal;

Crescimento Emagrecimento do Estado, com redução da despesa no PIB de 49,3% em 2005 para 48,8% em 2006, promovendo condições de maior eficiência e competitividade.

PRESIDENCIAIS

SOARES UNE O PAÍS

Pela mesma razão de sempre:

PORTUGAL!

NESTA EDIÇÃO
SUPLEMENTO EUROPA



A CORAGEM DE REFORMAR O SISTEMA POLÍTICO

Por estes dias, discute-se na Assembleia da República o Orçamento de Estado para 2006. O Governo apresentou um Orçamento de verdade, credível e realista. Nele, a consolidação das finanças públicas não prejudica a realização de escolhas políticas claras: o crescimento económico, a aposta no emprego e a garantia da coesão social. Em suma, uma política que vise assegurar um desenvolvimento sustentável. Embora o Orçamento seja uma peça essencial para a acção governativa e parlamentar, ele não pode, nem deve, esgotar a atenção e os esforços reformistas.

No passado dia 20 de Outubro foi aprovada na generalidade, em convergência com os restantes partidos, a reforma da lei eleitoral da Região Autónoma da Madeira, uma lei cuja necessidade de revisão era de há muito sentida. Esta reforma vem corrigir distorções gritantes ao princípio da proporcionalidade. É, por isso, uma lei urgente, justa e que, pode ajudar a tornar a democracia mais verdadeira. É por outro lado, um passo na sequência de outros já dados no sentido da modernização global do sistema político, desígnio cuja importância estruturante não é demais realçar. Aqui, o Partido Socialista tem dado, e continuará a dar, um exemplo reformador.

Uma democracia que não se renova é cada vez menos democrática. Democratizar a democracia, renovando-a, foi feito desde logo através da limitação de mandatos para o exercício de cargos políticos. Do mesmo modo a clarificação dos cargos de confiança política vem trazer profissionalismo e transparência acrescidos à administração. Com o intuito de cultivar o sentimento de confiança dos cidadãos foi concretizada, ainda, a limitação das competências dos executivos camarários em gestão. E definiu-se, enfim, o universo eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República.

O impulso reformista que estas medidas exemplificam não pode ficar por aqui. Sobretudo, quando os problemas, o eleitorado e a opinião pública assim o exigem. A eleição presidencial que se avizinha trará consigo a conclusão de um ciclo eleitoral que se iniciou com as Europeias de 2004. Abrir-se-á,

então, um período de estabilidade na gestão política propício à concretização da reforma e modernização do sistema político. E esta reforma, que todos concordam urgente, e em torno de cujos pilares centrais existe um debate assinalável, deverá caminhar com passo decidido.

Assim, apresentamos iniciativas de alteração de lei eleitoral para Assembleia da República, da lei eleitoral Autárquica, da reforma e dignificação do Estatuto do Deputado, e à lei da paridade.

A alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República, salvaguardando sempre o princípio da proporcionalidade, terá como quadro referencial a introdução de círculos de um só candidato, possibilitando a dupla escolha por parte dos eleitores (de lista e de candidato) como forma de aproximá-los dos eleitos.

Uma nova lei autárquica alterará o sistema de Governo das autarquias locais de modo a assegurar a formação de executivos municipais homogéneos, mais coerentes e eficazes, e, em paralelo, uma democracia local mais efectiva, com reforço dos poderes de fiscalização das Assembleias Municipais.

O aperfeiçoamento do sistema de responsabilização dos titulares de cargos políticos e demais cargos públicos relevantes aprofundará o registo de interesses, o escrutínio de incompatibilidades e inelegibilidades, e introduzirá regras mais exigentes quanto à substituição de deputados. Dever-se-á evoluir, ainda, no sentido da paridade na composição das listas eleitorais.

Para além destas medidas de profundo alcance, proporemos a redefinição da natureza das comissões de inquérito parlamentar no sentido da sua maior credibilidade e eficiência, reforçando os meios de fiscalização e acompanhamento dos actos do Governo e da Administração.

Todos temos consciência de que a reforma do sistema político não se faz num acto isolado; ela é um processo que interessa a todos, que a todos deve mobilizar, e sobre o qual é bom que se estabeleça o maior consenso possível. Reformar exige coragem, visão e vontade. Nós assumiremos as nossas responsabilidades, que todos assumam as suas.



ALBERTO MARTINS
Presidente do GPPS

Uma democracia que não se renova é cada vez menos democrática. Democratizar a democracia, renovando-a, foi feito desde logo através da limitação de mandatos para o exercício de cargos políticos.

DOCUMENTO ÚNICO AUTOMÓVEL

MAIS UMA PROMESSA CUMPRIDA

O secretário de Estado da Justiça descreveu a aprovação em Conselho de Ministros do decreto que institui o Documento Único Automóvel (DUA) como "uma importante medida de desburocratização ao nível dos serviços do Estado".

Segundo sustentou Tiago Silveira durante a conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros do passado dia 26, "não se trata apenas da criação de um documento único, mas de uma profunda reforma ao nível dos procedimentos".

O governante explicou também que esta medida resultou de "um esforço de cooperação" entre vários departamentos dos ministérios da Administração Interna e da Justiça, adiantando que os mecanismos do certificado de matrícula "serão, em breve, apresentados publicamente".

Recorde-se que o Governo do PS aprovou um diploma que institui o Documento Único Automóvel através da criação do certificado de matrícula, agregando a informação actualmente constante no título de registo de propriedade do automóvel e do livrete do veículo.

Em declarações aos jornalistas, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, sublinhou que a instituição do DUA faz parte do programa de Governo "e foi concretizada ao fim de sete meses de funções do Executivo".

"Trata-se de uma medida que tinha sido por vários governos anunciada, mas que só agora é concretizada", salientou.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, o Documento Único Automóvel "passa a conter um conjunto de avançados elementos de segurança física do documento de que, nem o livrete do veículo, nem o título de registo de propriedade dispunham até agora".

O documento refere igualmente que o DUA "passa a poder ser solicitado junto de um serviço desconcentrado da Direcção-Geral de Viação (DGV), ou de uma conservatória e é enviado ao utente do serviço, por correio, para a morada do titular do certificado de matrícula".

Com a aprovação do decreto em questão "adoptam-se ainda várias disposições destinadas a permitir futuramente a apresentação de pedido de registo online e a sua tramitação por via electrónica na conservatória".

M.R.



PLENÁRIOS DE MILITANTES

SOARES TEM MELHORES CONDIÇÕES PARA UNIR O PAÍS

O apoio claro e inequívoco dos socialistas a Mário Soares na sua corrida a Belém, por considerarem que é o candidato presidencial com melhores condições para assegurar a estabilidade, devolver a esperança e unir os portugueses, em torno de grandes desígnios estratégicos, têm marcado os plenários de militantes já realizados em vários pontos do país de apoio à candidatura do fundador do PS, com a presença de dirigentes nacionais do partido.

O secretário-geral do PS, José Sócrates, expressou no dia 22 o apoio inequívoco e empenhado do partido ao seu candidato Mário Soares, por considerar que reúne as melhores condições para "voltar a unir" o país.

"As eleições presidenciais são uma disputa entre candidatos, mas dizem respeito a todos os portugueses e organizações. A opção do PS é a de apoiar Mário Soares, porque é a personalidade política que tem as melhores condições e qualidades para ser o próximo Presidente da República", disse.

José Sócrates falava durante um plenário de militantes socialistas, em Évora, no Teatro Garcia de Resende, de apoio à candidatura de Mário Soares.

"Mário Soares pode contar com o empenhamento do PS e de todos os militantes e nós faremos uma campanha para que venha a ser o próximo Presidente da República", afirmou o líder socialista, apelando à mobilização para as eleições de Janeiro.

Num momento em que, frisou, as presidenciais "começam a ficar com um quadro claro da disputa eleitoral", o PS vai "defender o seu candidato", por quem pretende "lutar na convicção de que é o melhor para Portugal".

Segundo José Sócrates, a "opção do PS em apoiar" o fundador do partido radica, fundamentalmente, em três factores, que fazem com que seja a personalidade política na corrida eleitoral que "é a melhor para o país", reunindo "as melhores condições" e "maior currículo". Em primeiro lugar, realçou, Soares é quem tem "mais prestígio internacional". O Estado, adiantou, "precisa de um Presidente da República que tenha prestígio, porque isso é meio caminho andado para promover Portugal no contexto internacional".

Como segundo argumento, Sócrates referiu a experiência do candidato nas funções presidenciais. "Que melhor argumento é que nós temos para dizer aos portugueses que, se elegerem Mário Soares, como Presidente, ele vai ser bom no exercício dessas funções, porque já o foi anteriormente?", perguntou.

O secretário-geral do PS considerou que, durante os dez anos em que esteve em Belém, Soares teve "um exercício

absolutamente notável" no cargo e "uma magistratura de influência, que resolveu muitos problemas ao país".

Como terceira razão, Sócrates sublinhou que o candidato apoiado pelo PS é aquele que pode constituir "um factor de união" no país e ser o presidente de "todos os portugueses".

Neste momento, frisou, "todos os que acompanham a vida do país percebem que o próximo Presidente tem que ser um factor de união entre todos".

Quando Cavaco era antieuropeu

Os tempos em que Cavaco Silva, recém-eleito líder do PSD, "estava contra" a assinatura do tratado de adesão de Portugal à então CEE, rubricado por Mário Soares, Rui Macheite e Jaime Gama, no Mosteiro dos Jerónimos, foram lembrados por Jorge Coelho, no passado dia 22, num plenário de militantes do PS/Porto.

Ao recordar este episódio, de particular relevância política, o dirigente socialista fazia assim o contraponto em relação à postura de Mário Soares que, antes de ser "um excelente Presidente da República", esteve sempre do "lado certo", a lutar contra a ditadura, a "criar condições para estabilizar a vida democrática" e a "tomar a decisão estratégica de entrar" na então CEE, na altura ainda só com dez membros. Referindo-se a Cavaco Silva, também especialista em tabus, que classificou de "adversário central", Jorge Coelho congratulou-se com o fim do segundo tabu, "o outro não lhe correu bem", e admitiu que "a encenação de apresentação da candidatura estava bem feita". Só que, ressaltou, "os portugueses têm memória e ainda estão bem lembrados do que foi o cavaquismo", um período marcado pelo "autoritarismo, arrogância e autismo" do antigo primeiro-ministro que "dizia que nunca se enganava e raramente tinha dúvidas" e ainda que "nunca lia jornais".

Perante esta metamorfose do candidato da direita, o dirigente do PS interrogou-se: "Será que ele mudou assim tanto nos últimos dez anos? Deram conta disso, por alguma declaração, por algum acto público?"

Na sua intervenção Jorge Coelho reafirmou



ainda que o PS tem apenas um e só candidato presidencial, que é Mário Soares. "No nosso partido ninguém é perseguido por delito de opinião, mas o PS tem de dar uma imagem à sociedade de que é um partido organizado, em que se respeitam as decisões dos seus órgãos", acrescentou.

Um Presidente capaz de gerar consensos

Também em Lisboa decorreu na segunda-feira, dia 24, um encontro de António Costa com os militantes, para reforçar o apoio do PS ao candidato presidencial Mário Soares. Na sua intervenção, o dirigente socialista sublinhou que no actual contexto marcado por "uma gravíssima crise económica e financeira", que o Governo está a atacar com "medidas antipáticas, mas que são essenciais para ir ao fundo dos problemas", como a crise orçamental e a fragilidade da nossa economia, as eleições presidenciais são "muito importantes".

Por isso, disse, é preciso "um Presidente com visão estratégica e capaz de gerar grandes consensos, de forma a alcançar-se objectivos de qualificação da sociedade a prazo", considerando Mário Soares um chefe de Estado "essencial para o momento que se vive em Portugal". É que, sublinhou, "não estamos em momento de aventuras ou de riscos, o país precisa de alguém que ajude a unir os portugueses e Soares já provou que foi um grande Presidente da República".

Por outro lado, António Costa sustentou que "pelo seu prestígio e grande experiência internacional", o fundador do PS é o candidato melhor colocado para "representar o Estado português externamente".

É preciso também, frisou, um Presidente que "conheça bem as dificuldades de um Governo em situação de crise económica e financeira. E Mário Soares tem essa experiência. Sabe o que é governar em época de crise, como em 1976 e no período de 1983 a 1985, anos de grande dureza".

Perante uma plateia que enchia por completo uma das salas do Hotel Altis, o dirigente socialista não deixou de achar sintomático que a única crítica que tem sido feita a Soares esteja relacionada apenas e só com a sua idade. "Cada um tem a idade que tem. A idade de um político é sobretudo a sua capacidade criativa e compreensão da realidade", disse.

E acrescentou: "Nos últimos dez anos Mário Soares foi acumulando actividades e Cavaco foi acumulando reformas".

Sobre a candidatura de Cavaco, o dirigente socialista apontou "a enorme dissonância entre o candidato e os seus apoiantes" no que concerne ao entendimento dos poderes presidenciais. "E isso é o primeiro factor da grande instabilidade", disse. Entretanto, estão já agendados plenários de militantes em Setúbal, Faro, Coimbra, Viana do Castelo, Vila Real e Aveiro, que contarão com a presença, respectivamente, de Mário Lino, Pedro Silva Pereira, Ascenso Simões, José Lello, Francisco Assis e Correia de Campos.

J. C. C. B.



SOARES PROMETE ESTABILIDADE

Se voltar a ser eleito Presidente da República, Mário Soares compromete-se a ser um factor de estabilidade, de coesão social e de segurança. "Tenho condições únicas para evitar a crispação política e a grande conflitualidade social", garantiu, convicto, o candidato presidencial apoiado pelo PS, na sessão pública de apresentação do seu manifesto político, que decorreu, no passado dia 25, em Lisboa.

"Candidato-me para unir e não para dividir", assegurou Soares perante centenas de apoiantes, lembrando de seguida que os portugueses lhe reconhecem autoridade, coragem e poder de persuasão para exercer, uma vez eleito, "a pedagogia mobilizadora" necessária para ultrapassar a complexa crise que Portugal atravessa. E porque é "urgente e preciso reconquistar o orgulho de ser portugueses", o fundador do Partido Socialista não hesitou, mais uma vez, em colocar ao serviço do país a sua valiosa "experiência acumulada" e um "conhecimento actualizado de todas as temáticas decisivas para a prosperidade e segurança de Portugal e dos portugueses".

"Tenho consciência de que posso e tenho o dever de dar um sério contributo para ajudar a ultrapassar esta situação de crise", venceu num documento de oito páginas explicitou os seus desígnios caso as urnas ditem o seu regresso a Belém.

"Estes desígnios, se forem bem explicados, como conto fazê-lo, serão partilhados pelo povo português e permitir-lhe-ão uma melhor avaliação dos sacrifícios exigidos para vencer a crise", defendeu Mário Soares, voltando a apontar como uma meta primordial da sua candidatura a promoção da união e da mobilização dos cidadãos na luta pela modernização e pelo desenvolvimento sustentável do país.

Perante uma sala completamente lotada de um hotel da capital, Soares alertou para o surgimento, à direita, de "um messianismo revanchista e de vozes com peso político que reclamam abertamente a subversão do regime constitucional", utilizando para isso a eleição presidencial. Depois de apelar aos portugueses para que encarem a actual crise como "uma oportunidade única de mudança e de modernização", Soares defendeu que o regime saído da Constituição de Abril não está esgotado e "não

Pela mesma razão de sempre: PORTUGAL!



DESÍGNIOS DE UMA PRESIDÊNCIA MODERNA

Desde sempre movido na sua acção política por desígnios nacionais, Mário Soares candidata-se à Presidência da República para ser não só o garante do cumprimento da Constituição, o moderador, o árbitro das instituições e/ou o "ouvidor" dos portugueses, mas também para ser, como ele próprio o manifestou, um "mobilizador" de vontades e energias nacionais que impulsionem Portugal para o progresso. Neste sentido, o candidato à chefia do Estado apoiado pelo PS definiu os 16 desígnios nacionais que o movem nesta nova disputa eleitoral:

1. Unir e mobilizar os portugueses na luta pelo desenvolvimento sustentável e pela modernização de Portugal;
2. Incentivar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a defesa pela inclusão social e o reconhecimento do direito à diferença em matéria de opções sexuais;
3. Apoiar todas as iniciativas que visem tornar a economia portuguesa mais dinâmica;
4. Estimular a cooperação entre o poder central, as autonomias regionais e o poder local;
5. Impulsionar as políticas que visem a melhoria da educação a todos os níveis, a diminuição drástica do abandono escolar e a formação e qualificação permanentes dos portugueses de todas as idades;
6. Incrementar a investigação científica, a ligação entre as universidades e as empresas, a inovação e a criatividade;

7. Incentivar as políticas de promoção da imagem de nosso país no mundo e a defesa da língua e da cultura portuguesas;
8. Valorizar as comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro;
9. Ajudar a repor a confiança dos cidadãos na Justiça, pressupondo para isto a realização de reformas que melhorem a qualidade e a eficácia do aparelho judiciário português;
10. Dar força e transparência ao combate a todos os tipos de criminalidade, especialmente, à económica e financeira, à corrupção, à fraude fiscal e à fuga aos impostos;
11. Apoiar todas as formas de luta contra a criminalidade internacional, particularmente, contra o terrorismo;
12. Conferir aos temas europeus um lugar preponderante; no debate das grandes questões nacionais;
13. Contribuir para que o mérito, a iniciativa, o esforço, o trabalho e a capacidade realizadora sejam valores mais presentes e melhor reconhecidos na nossa sociedade;
14. Ajudar a que as gerações jovens tenham melhores condições de realização pessoal, profissional e cívica;
15. Estimular, em todos os sectores da vida nacional, uma cultura de qualidade, exigência, responsabilidade e avaliação;
16. Prestigiar e apoiar as Forças Armadas, dotando-as dos meios adequados para a defesa da República e dos compromissos internacionais de Portugal em favor da paz.

CAMPANHA DE AFECTOS

Após a apresentação do seu manifesto eleitoral, Mário Soares respondeu a um conjunto de perguntas colocadas pelos jornalistas presentes no hotel Ritz, oportunidade que aproveitou para deixar bem claras as ideias e os propósitos que diferenciam a sua candidatura das restantes quatro concorrentes, em particular a protagonizada por Cavaco Silva, afirmando igualmente que as sondagens não o assustam nem o farão desistir.

Também durante o período da conferência de Imprensa, Soares quis deixar clara a mensagem de que a sua possível eleição não acarretará o risco de uma concentração de poderes pelo facto da Governação e da chefia do Estado serem lideradas por socialistas.

"Não haverá maneira dos ovos ficarem todos no mesmo cesto porque o ovo presidencial, que serei eu, será independente", assegurou.

Depois de esclarecer que no exercício da presidência da República o importante é ser isento e não suprapartidário, o fundador do PS venceu que "ninguém suspende as suas convicções a não ser que nunca as tenha tido".

"Sempre fui e continuarei a ser socialista, republicano e laico". Questionado sobre o tipo de campanha que fará, Mário Soares assegurou que será um reencontro afectivo com todos os portugueses, mas especialmente com os jovens que o conhecem menos.

"Mais do que discursos em comícios, faremos uma campanha de esclarecimento, debate e de afectos", concluiu.

IDADE COM COESÃO SOCIAL

de sempre:
GAL!



pode, assim, permitir-se que seja subvertido”, embora deva ser “aperfeiçoado e aprofundado nas suas virtualidades”. Manifestando-se partidário do sistema semipresidencialista vigente, o histórico fundador do PS considerou que o modelo se tem revelado “suficientemente sólido e flexível, ao longo dos anos, para responder às diferentes situações”.

Desenvolvimento com preocupações sociais

Relativamente aos partidos políticos e às críticas constantes de que são objecto actualmente e, por vezes, injustamente – segundo observou –, o candidato presidencial sublinhou que a existência destes é essencial à democracia.

“Defendo o multipartidarismo e o sistema de representação proporcional”, disse, afirmando-se contrário a uma possível bipartidarização do sistema e ao “rotativismo pantanoso que destruiu a monarquia constitucional”.

Após sublinhar a importância do desenvolvimento, segundo as boas práticas do rigor financeiro e da competitividade, Mário Soares defendeu que esse desiderato é alcançável “num clima de estabilidade política e de concertação social”.

No plano económico, advogou a preservação de uma economia de mercado com regras éticas, distinguindo-a de um mercantilismo feroz e gerador de desigualdades.

Ao destacar o papel regulador do Estado e a responsabilidade social das

empresas, bem como “a dimensão social dos trabalhadores”, Soares considerou que as funções de soberania de defesa do bem público e de promoção de coesão social e nacional não devem ser delegadas.

Quanto ao tema da globalização, o candidato presidencial chamou a atenção dos presentes para a emergência de “novas formas de cidadania global que são importantes e a que se deve estar atento”, defendendo igualmente que a economia globalizada não implica o desaparecimento do modelo social europeu, mas sim que ele responda às novas situações em que vivem as populações dos países desenvolvidos, nomeadamente ao aumento da expectativa de vida e às consequências que daí resultam para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social.

“Não sou, nem nunca fui, situacionista. E também compreendo com todo o realismo, que o modelo social português não pode abstrair do grau de desenvolvimento do país”, esclareceu, na sessão de apresentação pública do seu manifesto eleitoral, que contou com a presença de Maria Barroso, esposa do candidato, do mandatário nacional da candidatura, Vasco Vieira de Almeida, da mandatária para a juventude, Joana Amaral Dias, dos membros da Comissão Política, Executiva e de Honra, do porta-voz Nuno Severiano Teixeira, bem como do presidente do PS, Almeida Santos, e de vários deputados socialistas, aos quais se juntaram conhecidas figuras da cultura como o escritor Alçada Baptista e o jornalista Baptista-Bastos.

MARY RODRIGUES

MASP 3 NO ÉDEN

SEDE DE DIÁLOGO ENTRE GERAÇÕES

Promover o diálogo entre as várias camadas da sociedade e entre elas e a juventude é a tarefa que o candidato presidencial apoiado pelo PS assumiu como prioridade imediata durante a inauguração da sua sede de campanha, localizada no antigo teatro Éden, em Lisboa.

Foi ao ritmo contagiado e dinâmico dos Toca a Rufar, um agrupamento de percussão integrado por jovens, que Mário Soares entrou, no passado dia 26, no Éden, acompanhado por centenas de pessoas, entre as quais a sua esposa, Maria Barroso, o presidente do Partido Socialista, Almeida Santos, o mandatário nacional da candidatura, Vasco Vieira de Almeida, e o seu porta-voz, Nuno Severiano Teixeira.

No breve discurso que proferiu, Mário Soares comprometeu-se a transportar para a chefia do Estado, se for eleito, o “inconformismo” e a “irreverência” da juventude, dando particular atenção aos problemas dos jovens qualificados e sem postos de trabalho.

Neste sentido, Soares prometeu “dar voz à juventude” e abrir um debate com ela para abordar os mais diversos temas.

“Quero inconformismo, irreverência e trabalho em conjunto entre todas as gerações, mas também entre todas as camadas sociais. Vou fazer uma campanha afectiva, que chegue ao coração das pessoas”, assegurou, reiterando de seguida que, entre todos os que se encontram actualmente em dificuldade, dará “particular atenção aos jovens que estudaram uma vida



inteira, mas que não encontram emprego”.

“Sem demagogias, é muito para eles que vou fazer a campanha”, vincou.

Ao usar da palavra, a mandatária de Soares para a juventude deixou uma mensagem de exigência e grandes expectativas junto do ex-chefe de Estado.

“Queremos um Presidente que sinta e saiba que não é mais possível continuar apenas a gerir a conjuntura e que tome as causas ambientais como lema de todos os dias e como modelo de desenvolvimento maior”, declarou Joana Amaral Dias, para quem, “não é a democracia que foi conquistada em Abril de 1974 que está em causa” nas eleições presidenciais de 2006 e sim “a qualidade da mesma”.

Depois de sublinhar que, com Mário Soares na Presidência da República, ficarão dadas “todas as garantias para que a nossa democracia se aperfeiçoe”, Joana Amaral Dias referiu-se também à situação económica e financeira que se vive actualmente em Portugal.

“Numa época de crise social, em que são exigidos muitos sacrifícios, é estritamente necessário que o Presidente da República tenha a sensibilidade, a destreza e sabedoria para robustecer a concertação social”, defendeu, considerando que “será Mário Soares quem reconhecerá que esses sacrifícios têm que ser para todos e que terá a sagacidade para os equilibrar e harmonizar”.

M.R.

CAVACO TENTA APAGAR IMAGEM DE AUTORITÁRIO

A declaração "redonda e extremamente vaga" com que Cavaco Silva anunciou a sua candidatura à Presidência da República destinou-se a tentar "descolar" da sua imagem de primeiro-ministro do PSD "arrogante e autoritário", afirmou o novo porta-voz da Comissão Permanente do PS, Vitalino Canas.

Na reacção ao anúncio da candidatura presidencial de Cavaco Silva, Vitalino Canas disse ter "pouco significado" a garantia dada pelo ex-líder do PSD de que, se for eleito chefe de Estado, apenas dissolverá o Parlamento ou demitirá o Governo em circunstâncias muito excepcionais.

"Nos termos da Constituição da República, o Parlamento só é dissolvido, ou o Governo demitido, em circunstâncias excepcionais", referiu Vitalino Canas. Em conferência de Imprensa no Largo do Rato, o dirigente socialista desvalorizou também a intenção de Cavaco Silva suspender a sua filiação no PSD, referindo que "essa independência" do ex-primeiro-ministro "foi desenhada para a declaração de anúncio da sua candidatura".

E denunciou que "Cavaco Silva está a tentar descolar de uma zona do espectro partidário que sempre foi a sua. Cavaco Silva foi presidente do PSD e não apenas um simples militante deste partido. Cavaco Silva foi primeiro-ministro de três governos constitucionais do PSD, dois deles com maioria absoluta". Segundo sublinhou o dirigente socialista, esses governos de Cavaco Silva "foram marcados por atitudes de arrogância e autoritarismo em relação às oposições. Não nos cansaremos de lembrar o que foi Cavaco Silva enquanto primeiro-ministro".

Vitalino Canas considerou a declaração de Cavaco Silva "redonda e extremamente vaga, não esclarecendo o que pensa da função presidencial, dos desafios que se colocam ao país em relação aos problemas dos portugueses".

"A única vantagem é que agora temos vários candidatos à Presidência da República e não vários candidatos e um fantasma", disse, sublinhando, no entanto, que a declaração do ex-primeiro-ministro deixou "muitas dúvidas sobre o que pretende da função presidencial".

O porta-voz da Comissão Permanente do PS considerou "pouco verdadeira a ideia de afastamento em relação à vida política" que Cavaco Silva pretendeu transmitir.

"É preciso lembrar que Cavaco Silva já procurou ser Presidente da República há dez anos atrás e foi derrotado", disse, salientando que esse insucesso eleitoral se deveu ao facto de, enquanto primeiro-ministro, ter sido "arrogante, autista e gerador de bloqueios" na vida do país.

SOCIALISTAS EMPENHADOS E MOBILIZADOS NO APOIO À CANDIDATURA DE SOARES



Todo o partido "vai empenhar-se de forma determinada" para a vitória da candidatura presidencial de Mário Soares, afirmou o dirigente socialista Jorge Coelho, no final da reunião da Comissão Política do partido, em que para além da questão das presidenciais, foi feita uma análise dos resultados das últimas eleições autárquicas e discutida a proposta de Orçamento do Estado para 2006.

"Vamos apoiar Mário Soares com motivação e também como uma

obrigação, porque essa foi a decisão da Comissão Nacional do PS", acrescentou. Jorge Coelho declarou também que os "meios do PS, como as suas instalações, só devem ser utilizados para apoiar a candidatura que o partido decidiu nos órgãos próprios apoiar: Mário Soares", apelando à "responsabilidade e aos valores éticos" dos militantes para esta questão.

O vice-presidente da bancada socialista Vitalino Canas foi eleito, por unanimidade, porta-voz da Comissão

Permanente do PS, durante a reunião da Comissão Política.

Vitalino Canas substituiu nestas funções o coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, que vinha assumindo provisoriamente estas funções. Além de Vitalino Canas, entrou para a Comissão Permanente do PS o deputado por Portalegre Miranda Calha, que será o responsável pelo pelouro das autarquias. Finalmente, Jorge Coelho sublinhou que foi dado "apoio unânime" à proposta de Orçamento do Governo.

COMISSÃO POLÍTICA TEM 14 MEMBROS DO PARTIDO

Mário Soares reuniu no dia 17, pela primeira vez, a Comissão Política da sua candidatura, que integra 14 membros do PS, com o objectivo de começar a preparar as linhas gerais do seu manifesto.

Falando aos jornalistas a meio da reunião, o porta-voz da candidatura, Nuno Severiano Teixeira, afirmou que "repensar os desígnios nacionais e também a sua prática" é uma meta traçada por Soares, para quem, disse, "o sistema presidencialista continua a manter todas as suas virtualidades", nomeadamente quando entendido como "magistratura de influência".

E sublinhou que é preciso "que o próximo Presidente da República seja um referencial de estabilidade, tenha experiência e saiba unir e mobilizar os portugueses, como Mário Soares já demonstrou".

Quanto ao facto de Soares se apresentar desde já como candidato a apenas um mandato, Nuno Severiano Teixeira considerou que "o horizonte de cinco anos é suficiente para se projectarem novos desígnios nacionais".

O antigo ministro da Administração Interna de Guterres afirmou ainda que o currículo histórico e político de Soares é uma "garantia" para o futuro, já que "nos grandes momentos de crise da História recente, soube sempre aproveitar as oportunidades, ganhar os desafios e interpretar os desígnios nacionais", no

combate à ditadura, na defesa da democracia no pós-25 de Abril ou na decisão de aderir à então CCE, hoje União Europeia.

Na reunião, participou a quase totalidade da Comissão Política, composta por 31 elementos, dos quais 14 são membros do PS e 17 são independentes.

No órgão executivo da candidatura de Mário Soares, estão o coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, e membros de órgãos nacionais do partido como António Vitorino, Francisco Assis, João Cravinho, Medeiros Ferreira, Capoulas Santos, Sérgio Sousa Pinto, Marcos Perestrelo e o líder da JS, Pedro Nuno Santos.

Os socialistas fazem-se ainda representar por Carlos Luís (mandatário de Mário Soares para a emigração), pelas presidentes das câmaras do Montijo, Amélia Antunes, e de Odivelas, Susana Amador, por António José Seguro, pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia, Rui Cunha, e pelo secretário-geral da UGT, João Proença.

Entre os independentes, estão os mandatários nacional e para a juventude da candidatura, respectivamente, Vasco Vieira de Almeida e Joana Amaral Dias (dirigente do Bloco de Esquerda), o porta-voz de Mário Soares, o ex-ministro Nuno Severiano Teixeira, e o ex-presidente do Sporting, Dias da Cunha. Integram também a Comissão Política de Soares, como independentes, António

Mega Ferreira (jornalista e escritor), Fernando Freire de Sousa (economista), Fernando Nobre (médico, fundador e presidente da AMI), Ivan Nunes (sociólogo), Pinto Ribeiro (advogado), Luís Braga da Cruz (ex-ministro da Economia de Guterres), Manuel Ferreira de Oliveira (engenheiro), Maria João Rodrigues (ex-ministra do Emprego e Qualificação de Guterres), Mário Mesquita (jornalista), Mário Ruivo (cientista) e Ulisses Garrido (dirigente da CGTP-IN).

Deste último grupo de independentes, fazem ainda parte da Comissão Política da candidatura Viriato Soromenho Marques (professor universitário de filosofia e presidente da associação ambientalista) e Vital Moreira (constitucionalista).

Comissão de Honra apresentada no Porto

Entretanto, Mário Soares escolheu o Porto para apresentar a Comissão de Honra da sua candidatura a Presidente da República. A cerimónia terá lugar no próximo sábado, dia 29 de Outubro, pelas 17h30, no edifício da Alfândega. Esta iniciativa será um momento importante na demonstração dos apoios reunidos por Mário Soares em torno da sua candidatura.

No âmbito dos contactos que Mário Soares tem vindo a manter com diversas

personalidades, que lhe têm manifestado o seu inequívoco apoio, destaque para o almoço realizado no passado dia 20, em Viseu, com Fernando Amaral, um dos fundadores do PSD, antigo presidente da Assembleia da República e mandatário de Cavaco Silva para o distrito nas presidenciais de 1996 e que agora apoia Soares na corrida para Belém, sendo seu mandatário no distrito de Viseu.

"Viseu não é um distrito fácil para mim, mas agora está melhor, mais aberto, e eu quis vir aqui para começar pelo sítio mais difícil", declarou Mário Soares.

Por sua vez, Fernando Amaral acusou Cavaco Silva de "abusar do autoritarismo".

Blogue Super Mário

De salientar, por outro lado, a recente estreia na blogosfera, de Super Mário, "um blogue inteiramente livre feito por pessoas que querem ver Mário Soares ganhar as próximas eleições presidenciais".

Não se trata de uma página oficial do candidato nem um jornal de campanha. É um blogue de opinião que "pretende servir para pensar, informar e discutir sobre as próximas eleições".

O blogue conta, desde o dia 19, e até ao dia das eleições, com a participação, entre outros, de Vital Moreira, André Belo, André Freire, Filipe Nunes, Pedro Adão e Silva, Mariana Vieira da Silva, Filipe Nunes e Rui Branco.

AS FRASES

"Soares sabe como ninguém mobilizar as mais diversas participações para que o regular funcionamento das instituições democráticas se manifeste pelos resultados. É de um mobilizador assim que o País precisa"
João Cravinho

"Não é pela debilidade do Governo ou pela instabilidade governativa, como no final dos anos 70, que se pode explicar a brotojeia presidencialista na área da direita"
Vital Moreira

"Mário Soares quer ajudar Portugal a construir os novos desígnios nacionais e, no respeito dos seus poderes constitucionais, exercer uma magistratura de influência"
Nuno Severiano Teixeira

"Soares esteve sempre no sítio certo nos momentos difíceis"
Jorge Coelho

"Finalmente Cavaco Silva apareceu a 'terreiro'. Acabaram-se as dúvidas e as respostas evasivas. Veio dizer o que todos já sabemos"
Idem

"Este homem (Cavaco Silva) procurou criar uma sociedade e uma geração que fosse egoisticamente competitiva e não saudavelmente cooperativa e progressista"
Jamila Madeira

RESULTADOS ELEITORAIS

GRANDE IMPLANTAÇÃO
AUTÁRQUICA

O Governo do Partido Socialista “cooperará com todos os autarcas eleitos, independentemente da sua cor política”. Esta a garantia dada, no passado dia 9, por José Sócrates, após a divulgação dos resultados das eleições municipais.

Embora reconhecendo que as expectativas dos socialistas não obtiveram confirmação nas urnas de voto, o secretário-geral salientou que “o partido continua a ter grande implantação autárquica e governa câmaras importantes em todos os distritos do país”.

“Os resultados do PS são semelhantes aos que teve nas eleições autárquicas de 2001”, declarou o líder socialista, felicitando depois o PSD por ter sido o partido que conquistou mais câmaras municipais.

Já na fase de perguntas por parte dos jornalistas, José Sócrates classificou como “oportunisto político” a atitude daqueles que teimem em interpretar as autárquicas fora do seu âmbito de eleições locais.

“Quem presumir outro sentido sobre estas eleições, não está a prestar um bom serviço à democracia e está a demonstrar um evidente oportunismo político”, acusou, recusando comparações com o que sucedeu nas eleições autárquicas de 2001, altura em que, recordou, “o PS não tinha maioria no Parlamento”.

“Em Fevereiro passado, os portugueses deram maioria absoluta ao Partido Socialista para governar quatro anos e para haver estabilidade política”, venceu, para depois acrescentar que “os portugueses sabem distinguir perfeitamente os dois níveis de eleições: as legislativas de carácter nacional e as autarcas de carácter local”.

Tendo na plateia a ouvi-lo vários ministros e secretários de Estado do seu Governo, bem como a totalidade dos membros do Secretariado Nacional do PS, Sócrates sublinhou também, por diversas vezes ao longo da conferência de Imprensa, que “os portugueses nunca perdoariam se o Governo governasse em função dos ciclos



eleitorais e em função dos interesses autárquicos de um partido”.

“O Governo não governa a pensar em eleições”, afirmou, reiterando a ideia de que o seu Executivo será avaliado apenas daqui a quatro anos em eleições legislativas.

José Sócrates deixou ainda uma palavra de elogio ao coordenador autárquico do PS, considerando que dirigiu a campanha do partido com “grande profissionalismo”.

Resultados “não foram bons”

Jorge Coelho reafirmou por sua vez a ideia de que o PS continua a ser um grande partido autárquico, não ocultando, porém, que os resultados, “muito semelhantes” aos registados há quatro anos, “não foram bons”.

Perante a Comunicação Social, na sede do Largo do Rato, Coelho declarou que “em democracia é preciso saber ganhar e perder” e que “o PS não conseguiu atingir todos os seus objectivos” nas autárquicas.

Segundo o dirigente socialista, relativamente às eleições autárquicas de

2001, o nosso partido perdeu três câmaras, passando de um total nacional de 113 autarquias para 110.

Relativamente a número de votos, atendendo às freguesias então apuradas e em comparação com os resultados de 2001, Jorge Coelho confirmou que o PS aumentou em número de votos, considerando ainda que “os resultados menos bons são da responsabilidade de todo o partido”.

“Em coerência com o que o PS e o seu secretário-geral, José Sócrates, disseram ao longo da campanha, estas eleições destinaram-se a escolher presidentes de câmaras, presidentes de juntas de freguesia e deputados das assembleias municipais”, lembrou o coordenador autárquico, que recusou mais uma vez retirar qualquer ilação do resultado global no sentido de uma penalização da acção do Governo.

Para Coelho, a única ilação que é possível retirar das autárquicas é que “de futuro, será necessário trabalhar melhor”.

“Temos de trabalhar melhor e que escolher melhores candidatos e ter melhores programas”, concluiu.

M.R.

PS CONTINUA A SER A MAIOR FORÇA
DE ESQUERDA EM LISBOA

Num quadro político nacional marcado por um acentuado desgaste, “fruto das medidas corajosas, mas impopulares, que o Governo se viu obrigado a tomar”, a Concelhia socialista de Lisboa considera que o resultado eleitoral obtido na capital “veio confirmar o PS como o maior partido da esquerda – cinco vereadores eleitos e 16 mandatos na Assembleia Municipal – facto que mesmo assim não nos conforma, uma vez que fomos claramente derrotados”, A Comissão Política Concelhia do PS/Lisboa, reunida no dia 10 para analisar o resultado das autárquicas no concelho,

deliberou cumprimentar Carmona Rodrigues e o PSD de Lisboa pela vitória alcançada, agradecer ao candidato Manuel Maria Carrilho “a forma empenhada como se envolveu na campanha eleitoral” e saudar todos os candidatos às juntas e assembleias de freguesia, os quais, independentemente dos resultados alcançados, “se empenharam de forma denodada nesta campanha”.

Em comunicado, a Concelhia socialista saudou ainda os presidentes de juntas eleitos pelo PS nas freguesias de Beato, Charneca, Encarnação, Marvila, Mercês,

Sta. Catarina, Sta. Justa, Sta. Maria dos Olivais, S. Cristóvão/S. Lourenço, S. Miguel, S. Paulo e Santos-o-Velho, “que transformaram o PS no partido de esquerda com a maior representação nas freguesias de Lisboa”.

A Concelhia do PS, liderada pelo camarada Miguel Coelho, agradeceu igualmente a todos os militantes, mulheres e homens, e à Juventude Socialista de Lisboa “pela grande mobilização e vontade de vencer de que deram provas durante toda a campanha eleitoral”.

J. C. B.

OPINIÃO

RESPOSTA À CRISE
DA PROXIMIDADE

A administração local, pela sua parte, ganhou maior pujança nos últimos anos. Após o 25 de Abril, a Constituição de 1976 e a legislação fundamental do poder local democrático, os municípios ganharam mais competências administrativas, mais capacidade financeira e maior poder político.



LUÍS PITA AMEIXA
ameixa@ps.parlamento.pt

As comunidades locais encontram-se organizadas em municípios e freguesias.

Sobretudo ao nível dos municípios, a estrutura sociopolítica dessas comunidades, desde tempos históricos muito recuados, tem como um dos seus pilares essenciais os serviços públicos. Por um lado, pelo que representam na figuração política ligada à própria escala de categoria das autarquias e, por outro lado, pelo relevante papel social, enquanto actores da vida local, qualificados e respeitados, que os servidores do Estado sempre tiveram e ainda têm.

É certo que a administração local, pela sua parte, ganhou maior pujança nos últimos anos. Após o 25 de Abril, a Constituição de 1976 e a legislação fundamental do poder local democrático, os municípios ganharam mais competências administrativas, mais capacidade financeira e maior poder político.

Os municípios constituem hoje um sustentáculo muito importante das comunidades locais, com força política de representação e com uma presença na vida social, cultural e económica como nunca tiveram no passado.

Ao nível do emprego público têm um peso enorme e, em alguns territórios, são mesmo, entre as forças empregadoras, a mais significativa.

Os municípios não só constituem, em muitas partes do interior nacional, um forte auxiliar de suporte de presença populacional como, também, um reduto de qualidade com o seu corpo de assistentes, de técnicos de várias disciplinas e de dirigentes.

Mas, a par das autarquias, também os serviços localizados da administração central foram sempre e continuam a ser hoje um importante esteio de estruturação da sociedade local, com os funcionários do Estado e respectivas famílias, na sua razão de quantidade e qualidade.

Uma visão actual, que parece predominante, tende a desvalorizar a proximidade dos serviços públicos do Estado às populações, em nome de uma certa racionalidade económica e financeira e do progresso das comunicações, levando a um movimento de concentração, logo de desaproximação.

Estamos assim numa certa crise da proximidade.

Crise que pode ter uma resposta com a intervenção do poder local, dando mais um importante contributo para a sustentabilidade social e territorial do país.

A solução pode estar na contratação entre o Estado e as autarquias, assumindo estas a prestação e a gestão de serviços e equipamentos, tradicionalmente a cargo da administração central directa ou indirecta do Estado. Resguardando e acautelando sempre a sua autonomia, é claro.

Muitas áreas podem aqui estar envolvidas: saúde, segurança social, educação e ensino, agricultura, desenvolvimento rural, natureza e ambiente, água e hidrografia, finanças, correios, comunicações, cultura, emprego e formação, desporto, etc..

Por si só ou em associação, como em cada caso se justificar, as autarquias podem, mais uma vez, desempenhar um importante papel. Defendendo dois valores. Por um lado, salvaguardando a acessibilidade próxima entre os cidadãos e os serviços e, por outro lado, ressaltando a presença no território de gente e quadros importantes ao nível local. Em última análise acautelando a própria subsistência das comunidades como autarquias organizadas e reconhecidas pelo Estado, com as suas prerrogativas e meios.

PS FOI A FORÇA POLÍTICA MAIS VOTADA

Os números não enganam: o PS foi o partido com maior percentagem de votos nas eleições autárquicas de 9 de Outubro, com 35,84 por cento, a uma confortável distância do PSD, com 28,27 por cento. No entanto, a votação alcançada ficou "aquém das expectativas", nomeadamente pelo facto dos socialistas não terem conseguido reconquistar as principais câmaras do país, que continuam nas mãos da direita.

No Sul do país, José Apolinário conseguiu uma grande vitória para o PS, tirando a capital do Algarve ao PSD e obtendo uma maioria absoluta. "É a vitória na mudança para afirmar Faro como capital do Algarve", disse Apolinário, ex-secretário de Estado das Pescas do Governo de António Guterres, que prometeu uma "nova postura na relação entre a câmara e os municípios". Apolinário, que pela primeira vez se candidatou à presidência de uma câmara, apontou como prioridade do seu mandato "o apoio às pessoas mais humildes e aos idosos".

Outra vitória socialista que merece particular destaque foi a conseguida por José Luís Carneiro, que destronou o PSD da Câmara de Baião, do distrito do Porto, uma autarquia que o partido laranja geria há três mandatos.

O novo presidente do município de Baião considerou que o resultado alcançado no concelho pelo PS representa a vitória "dos valores da democracia e do Estado de Direito".

Trata-se, segundo José Luís Carneiro, "de uma vitória daqueles que não se resignam em ter Baião como um concelho adiado e que constitui também a restituição da democracia neste concelho".

José Luís Carneiro, que abandonará o seu mandato de deputado para o qual foi eleito nas eleições legislativas de Fevereiro, afirmou que deseja que Baião "assuma a capacidade de ter voz política no distrito do Porto" e que uma das suas primeiras medidas será o "lançamento de um programa de desenvolvimento económico e social, tendo como principais preocupações o emprego e a saúde da população".

Pelo seu simbolismo a vários níveis, destaca para a reeleição do socialista Armindo Abreu como presidente da Câmara Municipal de Amarante, infligindo uma pesada derrota à candidatura de Avelino Ferreira Torres. Foi, acima de tudo, a vitória dos valores da democracia e da política entendida como serviço do interesse público sobre o populismo mais aberrante e uma prova da maturidade do povo de Amarante, com tradições na luta pela liberdade.

"O populismo não passou, porque o PS não deixou", proclamava Armindo Abreu. "Está salva a honra e a dignidade dos amarantinos. Escrevemos uma página na história", acrescentava, no seu discurso de vitória, pedindo ao mesmo tempo contenção às pessoas nos festejos que se prolongaram noite dentro.

"Este é um momento de celebração. Não

é um momento de vinganças e celebremos em alegria e paz a vitória do PS contra o populismo", sublinhou.

Em Alcácer do Sal o PS obteve outra importante vitória, ao ganhar a Câmara com uma maioria absoluta. "A vitória era de certa maneira esperada, face ao descontentamento muito visível da população perante o Executivo camarário. A surpresa foi termos alcançado a maioria absoluta", afirmou o novo presidente da autarquia, o socialista Pedro Paredes.

Como prioridades do seu mandato Pedro Paredes aponta a "simplificação dos procedimentos administrativos", colocando a câmara "ao serviço dos cidadãos e das empresas", o tratamento das águas no concelho, construindo uma ETAR na parte baixa da cidade e ainda ETAR's em todos os aglomerados urbanos, e uma aposta no ensino técnico-profissional, "pondo o ensino a qualificar para o mercado de trabalho concreto".

De particular significado foi também a vitória do PS por maioria absoluta em Matosinhos.

O recém-eleito presidente da autarquia, Guilherme Pinto, considerou que o resultado alcançado ratifica a "boa opção" do líder do PS para a sucessão de Narciso Miranda no concelho.



"Há neste resultado um reconhecimento de que o secretário-geral do partido fez uma boa escolha para a sucessão de Narciso Miranda", afirmou.

"Toda a família socialista se revê neste resultado", referiu Guilherme Pinto, frisando que estão criadas condições "para continuar o processo de afirmação de Matosinhos".

"Este projecto ganhador, que mereceu o reconhecimento dos cidadãos, é uma oportunidade para nós continuarmos a fazer melhor. Abre-se um novo capítulo. Tendo de suceder a um autarca de referência, devo também muito à equipa que me acompanha", disse.

Oposição em Lisboa e Porto

Em Lisboa, onde a mudança não foi

possível, Manuel Maria Carrilho assumiu pessoalmente a derrota que se deveu, na sua opinião, à dispersão de votos à esquerda.

"Não conseguimos que o nosso sonho se tornasse realidade, uma vez que o voto se dispersou à esquerda. Apesar de minoritária, será a continuidade que vai permanecer", afirmou Carrilho.

"Se houve faltas, foram faltas minhas, não foram da Concelhia socialista de Lisboa, que trabalharam sem parar", acrescentou.

Ladeado por vários apoiantes, entre os quais o psiquiatra Daniel Sampaio, a eurodeputada do PS Elisa Ferreira, a mulher, Bárbara Guimarães, e membros da Concelhia de Lisboa do PS, o candidato socialista afirmou-se de consciência tranquila com a sua

prestação na campanha. "Fizemos o nosso dever", disse.

Mostrou-se, por outro lado, convencido de que o seu programa continua a ser o melhor para a cidade. "Se algum futuro Lisboa tiver, ele passará pelas nossas propostas", salientou.

Embora considerando que quem se sujeita a eleições deve naturalmente aceitar a escolha da população, Carrilho acusou "algumas das candidaturas", de terem feito "da ausência de propostas o seu principal trunfo", o que disse causar apreensão quanto ao "caminho por onde vai a nossa democracia".

Manuel Maria Carrilho desejou ainda ao novo Executivo camarário que "governe bem, que governe melhor, se possível, a cidade" e defendeu que, a acontecer, esta gestão incluirá forçosamente "muitas das ideias" da candidatura do PS.

Por sua vez, no Porto, Francisco Assis reconheceu a derrota nas eleições e prometeu "oposição forte, séria, clara e leal" na autarquia ganha pela coligação PSD/CDS.

"Assumo por inteiro a minha responsabilidade nesta derrota, assumo-a com a tranquilidade de um democrata que se bate por convicções, e procurarei agora servir a cidade como primeiro vereador da oposição", afirmou.

O candidato socialista considerou que "é tão digno servir a cidade a partir da oposição como a partir do poder" e acrescentou que "quem luta por convicções deve estar preparado para assumir todos os resultados".

Por outro lado, Francisco Assis não deixou de manifestar o seu contentamento pela vitória do socialista Armindo Abreu em Amarante, a sua terra natal e onde ainda está recenseado.

"Esta vitória demonstra que o populismo pode ser vencido com perseverança e dedicação", disse numa alusão à derrota da candidatura grotesco-terceiro-mundista protagonizada pelo inenarrável autarca Avelino Ferreira Torres. **J.C.C.B.**

AÇORES

SOCIALISTAS ALCANÇAM "MELHOR RESULTADO DE SEMPRE"

O líder do PS/Açores, Carlos César, congratulou-se com o bom desempenho dos socialistas açorianos nas eleições de 9 de Outubro, tendo sublinhado ser este o "melhor resultado de sempre" em eleições autárquicas desde que presidem ao Governo Regional, ao vencer oito das 19 câmaras municipais do arquipélago.

"Foi um bom momento eleitoral para o PS/Açores e um excelente resultado e um sucesso comparativamente a outras eleições", declarou Carlos César, realçando que os socialistas "conquistaram mais câmaras, mais assembleias" e registaram "um grande aumento do número de juntas de freguesia".

Falando num unidade hoteleira de Ponta Delgada, na noite das eleições, o também presidente do Governo Regional frisou que, com "um pouco mais de sorte" o PS poderia ter alcançado mais autarquias, "não fosse o facto de perder por muitos poucos votos" em alguns concelhos.

Carlos César considerou ainda que o "sucesso" do PS nestas eleições demonstra que os socialistas "nunca estiveram tão fortes" na Administração Local como "estão a partir" de



agora nos Açores.

O líder do PS/Açores destacou ainda o facto de os socialistas açorianos "não terem perdido uma única câmara onde eram maioritários", o que, na sua opinião, é demonstrativo de que "onde o PS governa, prova que governa melhor".

PLANO NACIONAL DE EMPREGO

INTERVENÇÃO ABRANGE 108 MIL LICENCIADOS



Mais de cem mil desempregados com qualificações superiores serão abrangidos pelo programa específico de intervenção para a promoção do emprego a ser implementado entre 2005 e 2008, uma iniciativa do Governo socialista que implica um investimento na ordem dos 237 milhões de euros.

Esta é uma das metas definidas no Plano Nacional de Emprego (PNE), documento apresentado aos deputados da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, no passado dia 18, pelo ministro Vieira da Silva, para quem o desemprego dos jovens licenciados é precisamente uma das quatro "fracturas" existentes no mercado de trabalho português que serviram de base para a definição das linhas estratégicas do PNE.

As outras três "fracturas" apontadas pelo ministro do Trabalho derivam da existência de trabalhadores com níveis de qualificação muito baixos, de jovens desempregados com poucas habilitações e de desigualdades territoriais e sectoriais no mercado de trabalho nacional.

O PNE prevê também que todos os desempregados inscritos nos Centros de Emprego com qualificações superiores tenham uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano e, ainda, a adopção de medidas com vista à colocação imediata em postos de trabalho e à realização de estágios profissionais.

"Este PNE é muito ambicioso. O nosso objectivo é encontrar respostas a estes problemas que temos na nossa sociedade e na nossa economia", frisou o ministro, para depois adiantar que a promoção do envelhecimento activo, da integração de pessoas com dificuldades especiais de inserção (como deficientes e imigrantes), o relançamento da abordagem territorial e sectorial das políticas de emprego e a autonomização do salário mínimo nacional são outras das linhas mestras da estratégia de luta contra o flagelo do desemprego.

Questionado pelos deputados da oposição sobre a forma como tenciona financiar estas medidas, Vieira da Silva assinalou que estas matérias "tiveram um

tratamento adequado no Orçamento de Estado" e apontou para o facto do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) prever para 2006 uma verba 15 por cento superior a 2005, garantindo igualmente que o combate ao desemprego é uma das prioridades do próximo QCA.

Explicando que as despesas com o subsídio de desemprego, previstas na proposta de Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano, não acompanham o ritmo de crescimento da taxa de desemprego, Vieira da Silva reafirmou que esta diferença passa pelo reforço dos mecanismos de controlo, mas também pela revisão da legislação, porque "quem está desempregado tem direito a uma prestação, mas tem também um conjunto de responsabilidades para com o sistema".

Na Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, o governante sublinhou igualmente que as questões relativas ao aumento do Salário Mínimo nacional às alterações ao subsídio de desemprego estão a ser discutidas com os parceiros sociais. **M.R.**

OPINIÃO

COMBATER O DESEMPREGO PREPARA O FUTURO

Sabemos que o desemprego se combate sobretudo através do crescimento económico, com novas e sustentáveis empresas.

Sabemos que um Plano é um plano. Não é o Alfa/Omega da luta contra o desemprego, mas são linhas orientadoras fundamentais.



MIGUEL LARANJEIRO

laranjeiro@ps.parlamento.pt

O Plano Nacional de Emprego (PNE), para o triénio 2005-2008, apresentado e discutido na Assembleia da República, é um documento sustentado e credível, que comporta um conjunto de desafios que devem mobilizar toda a sociedade portuguesa. No alinhamento com a Estratégia Europeia do Emprego (EEE, 1998), e com o próprio Programa de Governo, são apresentados caminhos e responsabilidades partilhadas que permitirão uma aproximação aos níveis médios europeus no que diz respeito à formação, aos níveis de emprego e à própria empregabilidade dos trabalhadores nacionais.

Os desafios que estão no PNE resultam em três linhas de força: a) a geração de um ambiente favorável à criação de emprego; b) a acção preventiva junto de sectores em processo de reestruturação; c) e a aposta no reforço da educação e da qualificação dos portugueses. Este repto é consubstanciado num diagnóstico estrutural que não é positivo, mas que importa ultrapassar criando para isso, os respectivos mecanismos de actuação.

Está simultaneamente apresentada uma articulação de grande proximidade com o sector educativo que tem, neste campo, um papel fundamental. Há um encontro de objectivos e de visões que, estamos certos, terão os reflexos pretendidos. Não é possível entender e abarcar esta exigência que nos é oferecida, sem percorrer um caminho de aliança entre os diversos intervenientes estatais. Esta é outra das propostas conceptuais do plano. Uma das linhas orientadoras do PNE resulta da definição de metas claras e ambiciosas, que exigem de todos os parceiros, e do Serviço Público de Emprego, uma forte determinação.

Quero referir alguns dos pontos essenciais que resultam desta abordagem: 1) dar uma resposta mais efectiva aos jovens desempregados com menos de 23 anos, sem a conclusão do 12º ano, permitindo-lhes a aquisição de competências para a vida activa futura; 2) um esforço na efectivação de instrumentos para os jovens licenciados desempregados; 3) o reforço da política de estágios profissionais, passando para os 25 mil/ano; 4) desincentivar a saída precoce do mercado de trabalho, aproximando a idade real de reforma, da idade média/referência.

Destaco ainda algumas das medidas apresentadas como reflexo desta preocupação e integradas nos objectivos específicos do Programa Novas Oportunidades que visam dar, a necessidades diferentes, respostas também elas diferenciadas: 1) o desincentivo da saída antecipada do sistema de aprendizagem, tendo o 12º ano de escolaridade como referencial mínimo de formação; 2) a colocação de metade dos jovens do ensino secundário em cursos tecnológicos e profissionais abrangendo até 2010, cerca de 650 mil jovens; 3) uma preocupação com os actuais trabalhadores, e através da mobilização de todos os parceiros sociais, está lançado o desafio de qualificar um milhão de activos até 2010.

No que diz respeito às acções de formação e às entidades envolvidas (públicas e privadas) importa equacionar a criação de um sistema de redes de funcionamento das entidades formadoras. Estas redes poderiam ser organizadas territorialmente com base nas NUT III, tendo em conta a proximidade dos problemas e dos desafios a ultrapassar. Permitiria do lado da organização da procura, um melhor contacto e acesso dos desempregados ou potenciais formandos, com o conhecimento das oportunidades de formação. Do lado das entidades formadoras, obrigaria a uma gestão integrada com vista à sua acção num mesmo espaço geográfico, através da definição das necessidades que se complementaríamos. Esta acção deve ter por base estudos do mercado (do lado da oferta e da procura), as linhas de acção condizentes e os processos de avaliação sequenciais.

O desemprego é uma das chagas sociais com impactos mais negativos. Portugal, tendo valores inferiores à média comunitária, detecta um crescimento no desemprego (com particular incidência no de longa duração) que importa combater com energia. Em simultâneo, importa considerar que também é nos activos que deve existir uma resposta clara, sabendo que é antecipando o problema que teremos mais hipóteses de sucesso.

Sabemos que o desemprego se combate sobretudo através do crescimento económico, com novas e sustentáveis empresas. Sabemos que um Plano é um plano. Não é o Alfa/Omega da luta contra o desemprego, mas são linhas orientadoras fundamentais. O problema exige de todos os parceiros um esforço acrescido. O Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, tem sabido envolver os parceiros e os agentes para um combate que é de todos. Através da sua acção está também a cumprir o que foi o compromisso eleitoral do Partido Socialista.

NOVA LEI DO TRABALHO TEMPORÁRIO PRONTA EM 2006

Entretanto, o ministro do Trabalho e da Segurança Social anunciou, no passado dia 19, que a nova legislação para o sector do trabalho temporário estará pronta no primeiro trimestre do próximo ano.

"Com a nova legislação para o sector, as empresas que a ele se dedicam vão ter mais e melhores condições para continuar a desempenhar a sua função ao serviço de uma economia mais competitiva", disse Vieira da Silva, na abertura do I Congresso da APETT – Associação Portuguesa das Empresas de Trabalho Temporário.

Na ocasião, Vieira da Silva elogiou o papel das empresas do

sector e defendeu que o seu estatuto deve ser dignificado para acabar com a ideia errada de que são apenas uma forma de trabalho precário.

"É necessário qualificar a imagem deste sector e tornar mais transparente a sua actuação, pondo de parte os agentes que não cumprem as regras, criando situações de concorrência desleal", afirmou.

Vieira da Silva lembrou finalmente o problema de subqualificação dos recursos humanos portugueses e defendeu que o principal desafio social em Portugal é melhorar a qualificação dos trabalhadores, sejam temporários ou não.

UM ORÇAMENTO *CREDÍVEL* DE *CONSOLIDAÇÃO* E DE *CRESCIMENTO*

CONSOLIDAR AGORA PARA UM FUTURO MELHOR

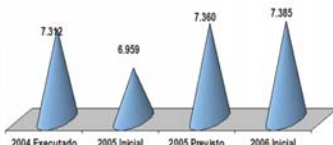
Credível Cenário macro realista (pressupostos de 65,6 dólares para preço do petróleo e 2,4% para taxa de juro), tendo por base uma avaliação rigorosa da situação das finanças públicas, sem recorrer a receitas extraordinárias, baixando para níveis historicamente baixos as cativações a efectuar;

Consolidação Contenção e redução da despesa pública, estudo sobre sustentabilidade da Segurança Social, Programa Plurianual de redução da Despesa Corrente, simplificação e moralização do sistema fiscal;

Crescimento Emagrecimento do Estado, com redução da despesa no PIB de 49,3% em 2005 para 48,8% em 2006, promovendo condições de maior eficiência e competitividade.

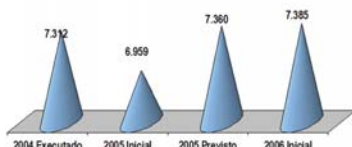
O Orçamento do Estado 2006 na óptica da ...

... *classificação funcional*



Educação:

mais 6% que no Orçamento inicial de 2005
mais 4% que no Orçamento de 2004 já executado
mais 0,3% que o valor da execução prevista para este ano



Segurança e Acção Social:

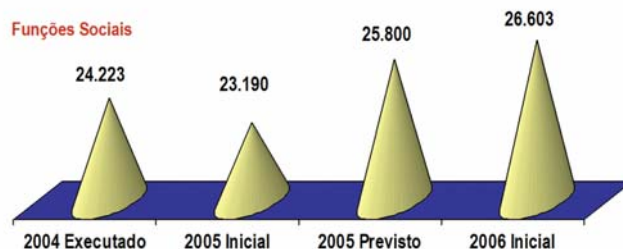
mais 16% que no Orçamento inicial de 2005
mais 25% que no Orçamento de 2004 já executado
mais 10% que no Orçamento previsto para este ano

O Orçamento do Estado 2006 na óptica da ...

... *classificação funcional*

Reforço das funções sociais:

mais 15% que no Orçamento inicial de 2005
mais 10% que no Orçamento de 2004 já executado
mais 3% que na execução prevista para este ano

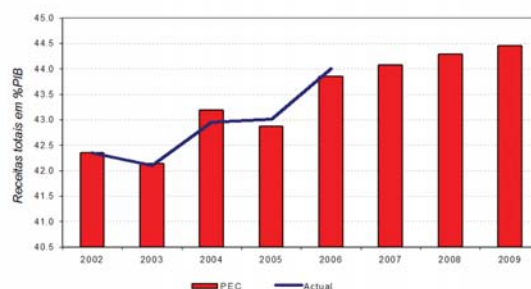


Os Grandes Números Para 2006*

Receitas totais aumentam 5,74%

sem novo aumento de impostos e com maior eficiência e equidade fiscal

Peso no PIB passa de 41,4% para 42,3%

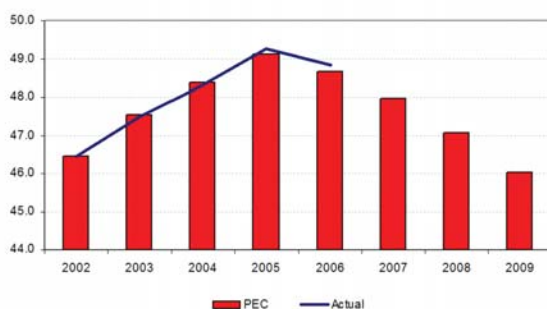


*SPA, face à estimativa de execução de 2005; PIB SEC 1995; óptica da contabilidade nacional

Os Grandes Números Para 2006*

Redução da despesa pela 1ª vez nos últimos anos

Peso da despesa no PIB baixa de 49,3% em 2005 para 48,8% em 2006



* Base 2000

Os Grandes Números Para 2006

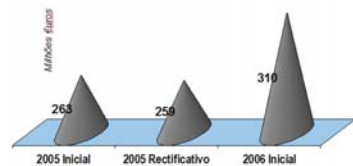
Cenário Macroeconómico

	2005 Estimativa	2006 Previsão	Diferença face ao PEC 2005 -09 Junho 05 (emp. p.)	
1. Despesa e PIB (variação em volume, em%)				
Consumo Privado	2,3	1,3	0,6	0,1
Consumo Público	0,8	-1,3	0,2	-1,6
Investimento (FBCF)	-2,1	1,7	-3,2	-0,6
Procura Interna	0,9	0,9	-0,3	-0,4
Exportações	1,2	5,7	-2,1	-0,8
Importações	2,1	4,2	-1,9	-0,9
PIB	0,5	1,1	-0,3	-0,3
2. Deflatores (taxa de variação, em%)				
PIB	2,6	2,3	-0,3	-1,1
Consumo Privado	2,3	2,3	-0,4	-0,6
3. Emprego e desemprego				
Emprego Total (taxa de variação, em%)	0,1	0,6	-0,3	-0,1
Taxa de desemprego (%)	7,4	7,7	0	0

PIDDAC por Programas

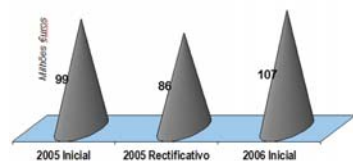
excluindo montantes sujeitos a cativação

Grande aposta de investimento em:



Investigação científica e Tecnológica e Inovação

mais 20% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 18% que no Orçamento inicial de 2005



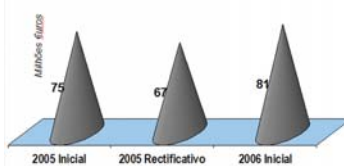
Ensino Básico e Secundário

mais 24% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 8% que no Orçamento inicial de 2005

PIDDAC por Programas

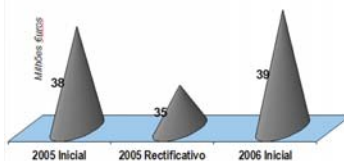
excluindo montantes sujeitos a cativação

Grande aposta de investimento em:



Ensino Superior

mais 20% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 8% que no Orçamento inicial de 2005



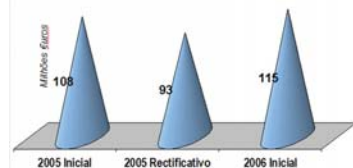
Serviços e Equipamentos Sociais

mais 13% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 3% que no Orçamento inicial de 2005

PIDDAC por Ministérios

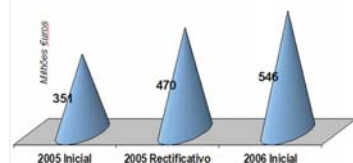
excluindo montantes sujeitos a cativação

Esforço de investimento nos Ministérios



da Educação

mais 23% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 6% que no Orçamento inicial de 2005



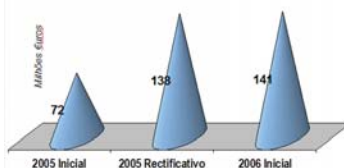
da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

mais 16% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 55% que no Orçamento inicial de 2005

PIDDAC por Ministérios

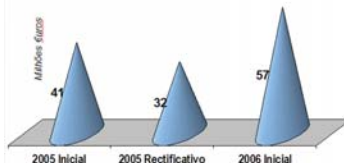
excluindo montantes sujeitos a cativação

Esforço de investimento nos Ministérios



do Trabalho e da Solidariedade Social

mais 2% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 96% que no Orçamento inicial de 2005



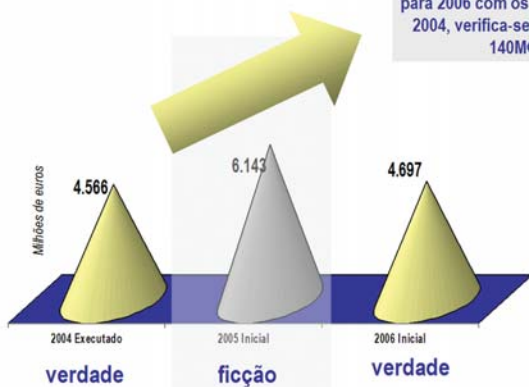
da Administração Interna

mais 76% que no Orçamento rectificativo de 2005
mais 39% que no Orçamento inicial de 2005

PIDDAC : 2004-2006

excluindo montantes sujeitos a cativação

Comparando os valores propostos para 2006 com os já executados em 2004, verifica-se um aumento de 140M€ (3%)



verdade

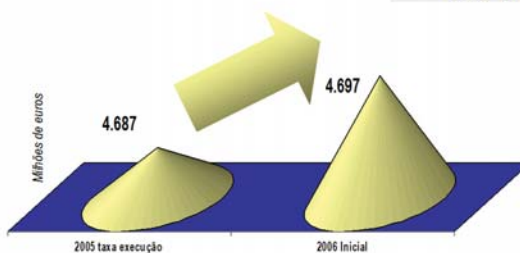
ficção

verdade

PIDDAC : 2004-2006

excluindo montantes sujeitos a cativação

Aplicando a mesma taxa de execução do OE 2004 (32%) ao OE proposto para 2005: mais 19 M€ em 2006



UM ORÇAMENTO DE CONTENÇÃO PARA PREPARAR O FUTURO

O Governo apresentou na Assembleia da República a proposta de Orçamento de Estado para 2006 nos exactos termos em que o Governo e o primeiro-ministro, José Sócrates, vinham a prometer ao país. Um Orçamento de contenção, sério e enxuto de truques contabilísticos.

Pela primeira vez em muitos anos, Portugal dispõe de um Orçamento de Estado (OE) expurgado de truques financeiros, austero mas verdadeiro, feito com determinação e decidido a encarar os problemas, não só conjunturais mas estruturais com que o país se debate.

Um Orçamento que propõe reduzir o défice público dos 6,2 por cento para 4,8 por cento, um passo determinante e decisivo, como referiu o ministro das Finanças, para a reconquista da confiança dos agentes económicos e ajudar à dinamização do crescimento do país.

Para Teixeira dos Santos, trata-se de um orçamento credível feito sem o recurso a truques como a suborçamentação ou a receitas extraordinárias, visando em primeira instância a consolidação das finanças públicas. Segundo o ministro, este OE trabalha num cenário macro-económico realista, sustentado em avaliações rigorosas do actual estado da situação das administrações públicas, definindo objectivos e um calendário para a sua implementação numa base plurianual, facto que "acontece pela primeira vez".

Nesse sentido, realçou, o OE contempla medidas no sentido de resolver o défice público, fugindo a truques seguidos no passado recente, constituindo um instrumento para o crescimento da economia portuguesa que ajudará a abrir expectativas e esperanças para o investimento privado.

Com a economia portuguesa a passar por um dos períodos mais conturbados dos últimos anos, graças a mais de três anos de desnorte orçamental do anterior Executivo do PSD/CDS-PP, o Governo liderado por José Sócrates prevê um crescimento de 1,1 por cento para 2006, menos do que inicialmente previsto, mas o dobro do estimado para o corrente ano. Em 2005, a riqueza produzida em Portugal, segundo contas do Executivo, deverá aumentar meio ponto percentual, face a 2004, número que vão de encontro à última projecção elaborada pelo Banco de Portugal.

Nas contas do Orçamento para o próximo ano, o crescimento da economia portuguesa passará em larga medida por um aumento considerável das exportações, sector onde se estimam subidas na ordem dos 5,7 por cento, fixando-se, por outro lado, objectivos mais restritivos em relação às importações, que não deverão ultrapassar os 4,2 por cento, abaixo, portanto, das registadas este ano.

Quanto ao consumo privado, e ainda segundo o OE para 2006, deverá assistir-se a um crescimento na ordem dos 1,3 por cento, ao mesmo tempo que o consumo público tenderá a registar uma descida de igual montante. A procura interna estima-se que se limite a 0,9 por cento, enquanto o investimento deverá aumentar apenas 1,7 por cento.

Para se poder enfrentar com êxito a crise de finanças públicas que o país atravessa, o OE revê em baixa todos os valores do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), com excepção do consumo privado, cuja taxa de crescimento é elevado em mais uma décima. É no consumo público que se regista uma das maiores revisões, ao passar de um crescimento de 0,3 previsto no PEC para menos 1,3 por cento.

O ministro das Finanças defende que o OE para o próximo ano irá constituir um "forte contributo do Governo para a criação de um clima favorável ao crescimento da economia portuguesa", abrindo, deste modo, um espaço de confiança para uma melhor e mais sustentada actividade privada, que, por sua vez, garante Teixeira dos Santos, irá gerar novas expectativas e esperanças nos portugueses, motivando-os para o necessário crescimento económico. A ancorando-se na tese de que "é preciso consolidar agora para que o futuro seja melhor", o ministro das Finanças lembra que o crescimento económico não depende em exclusivo do Estado, razão pela qual, disse, "aguardamos por outros contributos".

Como lembrou José Sócrates na sua visita ao Porto, um dia após o OE ter sido apresentado no Parlamento e divulgado publicamente em conferência de imprensa no Ministério das Finanças, esta é uma proposta de orçamento credível e séria, que assenta num preço do petróleo nos 65,6 dólares por barril, "muito mais realista do que a feita por anteriores governos", lembrou, numa desvalorização do euro contra o dólar de 3,6 por cento e numa taxa de juro de curto prazo (indexada ao Euribor) a três meses de 2,4 por cento.

Poupar agora com os olhos no futuro

A proposta orçamental agora apresentada, prevê a revisão da Lei das Finanças Locais e das Regiões Autónomas, recordando o ministro a este propósito "que a consolidação orçamental deve ser repartida", pelo que, lembrou, vai haver uma manutenção, em termos nominais,



das transferências para as regiões autónomas e autarquias.

O programa plurianual de redução da despesa corrente, inscrito na proposta do OE para 2006, disse ainda Teixeira dos Santos, prevê uma poupança de, pelo menos, 3,29 mil milhões de euros até 2009, medida que se alcançará através de uma efectiva reestruturação da administração pública, de uma reforma dos subsistemas de saúde e protecção social e com uma mais racional gestão dos serviços.

Com a reestruturação da administração pública, o Governo prevê garantir poupanças na ordem dos 603 milhões de euros, enquanto que com a reforma necessária dos sistemas de saúde e com a racionalização da gestão dos serviços e infra-estruturas o Executivo prevê poupar cerca de 427 e 155 milhões de euros, respectivamente, no próximo ano.

Em relação às mexidas previstas na administração pública, consideradas prioritárias pelo Governo, é de destacar o papel que caberá à reforma da administração central, peça fundamental para uma efectiva contenção da despesa corrente primária. Esta reestruturação, lembrou ainda o ministro, tomará forma no próximo ano, com a entrada em vigor das novas leis orgânicas dos ministérios e serviços.

Mas outros caminhos serão igualmente prosseguidos tendo em vista otimizar todo o sistema de serviços públicos. É o caso, por exemplo, do novo regime jurídico do pessoal supranumerário, a revisão do sistema de carreiras e remunerações, que será actualizado em 2007, e o controlo de novas admissões de funcionários públicos no quadro do regime geral.

Quanto aos subsistemas de saúde e de protecção social, outras das áreas consideradas prioritárias tendo em vista o saneamento das contas públicas, o Governo tem já no terreno novas medidas em relação à política do medicamento, prevenindo ainda no decorrer do próximo ano levar a efeito a extinção das sub-regiões de saúde, assim como de cerca de 30 regimes especiais de aposentação da função pública.

O Governo prevê que o défice da segurança Social seja reduzido em 56,3 pontos percentuais, ou seja, em perto de 63,2 milhões de euros. Como recordou o ministro das Finanças, na apresentação do OE para 2006, este sector registou um excedente de 276,2 milhões de euros em 2004, verba que veio a produzir um défice estimado em 144,7 milhões de euros este ano. Para inverter este panorama, a explicação radica na previsão de crescimento do sector em 8,1 por cento, acima dos 7,5 por cento calculados para o aumento da despesa.

As contas da Segurança Social

Como explicou o ministro Teixeira dos Santos, a receita total prevista, excluindo o saldo do ano anterior e os activos financeiros e passivos, deverá atingir os 19.183 milhões de euros, sendo que as contribuições, que constituem a principal fonte de receitas do sistema, crescerão 5,1 por cento, ou seja 7,6 por cento do PIB para 11.438 milhões de euros. As contribuições e transferências do Orçamento do Estado, 5.673,1 milhões de euros, representam cerca de 89,2 por cento do total dos recursos orçamentados para 2006.

Também as transferências correntes para a Segurança Social, através do OE, vão crescer 12,8 por cento relativamente a 2005, destacando-se a receita fiscal referente à subida de 19 para 21 por cento da taxa do IVA, que se traduzirá, segundo as contas do Governo, em perto de 450 milhões de euros.

Estas e outras medidas afiguram-se como absolutamente necessárias e urgentes, porque, segundo Teixeira dos Santos, o sistema público de Segurança Social corria o risco, já em 2015, de perder toda a capacidade para satisfazer os seus compromissos.

Assim e com o objectivo de inverter este fim anunciado da sustentabilidade da Segurança Social, recordou o ministro, afigurava-se de extrema importância levar a efeito um conjunto de reformas que, para além das medidas já referenciadas em relação à subida da taxa do IVA,

contempla ainda o aumento da remuneração de referência dos trabalhadores independentes para 1,5 salários mínimos, o ingresso de novos funcionários públicos no regime geral e o aumento no combate à fraude e à evasão fiscais, para além, como também sublinhou, de uma nova visão sobre as reformas antecipadas. O fraco crescimento que a economia portuguesa tem vindo a registar nos últimos anos, tem constituído um factor decisivo para o agravamento das contas da Segurança Social, facto que se traduziu, por um lado, numa queda das contribuições, parcela primordial das receitas do sector, e, por outro lado, num significativo aumento das despesas com prestações de desemprego e pensões.

De facto, a despesa com as pensões e respectivos complementos deverá atingir cerca de 11.5 milhões de euros, representando 59,8 por cento do total da despesa prevista para 2006 e 7,7 por cento do PIB. Quanto ao montante canalizado para o subsídio de desemprego, estima-se que represente uma despesa no orçamento da Segurança Social de 1.886,3 milhões de euros, facto que vai explicar um crescimento na ordem dos 4,9 por cento em relação à última estimativa executada em 2005.

No capítulo das receitas, o OE aponta para um crescimento de 6,8 por cento nas receitas fiscais, conseguido nomeadamente através do combate à fraude.

Segundo estimativas do Governo, em consequência do crescimento da actividade económica em 2005, em cerca de meio ponto percentual, será possível registar um aumento das receitas fiscais no próximo ano de 6,8 por cento.

Para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral, apesar do aumento da taxa do IVA, medida adoptada nos primeiros meses de 2005, "não se registará perda de receita fiscal" dados os bons resultados, como referiu, "em matéria de combate à fraude e evasão fiscais".

Como que a provar o que afirmou, o secretário de Estado lembrou algumas das medidas que constam no OE de 2006, como a nova legislação que visa punir os fabricantes e os utilizadores de software informático, que recorram à manobra de alterar as contas das empresas para efeitos fiscais, ou seja, nos casos em que não existe coincidência entre as facturas emitidas e os registos contabilísticos.

Outra das medidas anunciadas por João Amaral, relaciona-se com o combate que o Governo pretende empreender em relação aos casos em que as empresas cessam a actividade mas continuam a emitir facturas para o mercado.

A lista de medidas de combate à fraude fiscal inclui ainda a já anunciada divulgação pública dos contribuintes com dívidas ao Fisco.

Área a área o Orçamento de Estado para 2006 propõe um conjunto de reformas e alterações que importa referir



Ministério da Administração Interna

Políticas

Prioridade aos investimentos em tecnologias de informação e comunicação das forças e serviços de segurança. O crescimento global do investimento é acompanhado de medidas que visam fazer descer a despesa corrente destes serviços ao mesmo tempo que se aumenta a respectiva eficiência. Destaque para projectos como o "Passaporte Electrónico Português"; implementação da segunda fase do sistema de informação ligado à segurança no espaço europeu – "Schengen"; programa polícia em movimento; partilha de serviços e gestão coordenada das redes informáticas dos serviços e forças de segurança; modernização do sistema de vigilância costeira e do tráfego marítimo; início de um programa plurianual de reequipamento com arma ligeira de 9mm para as forças e serviços de segurança.

Orçamento

A despesa consolidada do MAI representa 2,9 por cento dos gastos da Administração Central (AC) e 1 por cento do PIB.

Regista-se um esforço de contenção da despesa, sem contudo, prejudicar a eficácia e a necessária modernização dos serviços do Ministério, nomeadamente no que respeita aos meios operacionais de protecção civil (11 milhões de euros) e aos meios operacionais das forças e serviços de segurança (5,5 milhões de euros), rede nacional de segurança interna (3,5 milhões de euros) e sistema de tecnologias de comunicação e informação das forças e serviços de segurança (2,3 milhões de euros).



Ministério dos Negócios Estrangeiros

Políticas

Afirmação de Portugal na Europa e no Mundo, apostando no desenvolvimento do triângulo estratégico da política externa, articulada com a centralidade da opção europeia, a vocação atlântica e o compromisso com a lusofonia. De entre as estratégias a seguir, destaque para o reforço da participação portuguesa nas instituições e organismos da UE e nas diversas instituições mundiais, para além do reforço de parcerias económicas com África. Participação activa na negociação das perspectivas financeiras para o período de 2007/2013, realização das acções estabelecidas no âmbito da Estratégia de Lisboa, fortalecimento do relacionamento da UE com os seus novos vizinhos a Leste e com os tradicionais vizinhos do sul, aprofundamento das relações com a América Latina e acompanhamento do processo negocial na Organização Mundial do Comércio.

Ao nível da internacionalização da economia, uma aposta forte na mobilização diplomática no apoio a este sector, de modo a contribuir para o aumento das exportações, do investimento directo estrangeiro e na divulgação do

país em termos turísticos.

Da política do MNE fazem ainda parte pressupostos como assegurar a presença e efectiva participação nacional nas diversas iniciativas da Nato ou actuar de forma consistente na área da não-proliferação das armas de destruição maciça.

Política cultural externa

No capítulo da política cultura externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros vai apostar na dinamização da imagem do Instituto Camões, enquanto no que respeita à divulgação da língua, a prioridade dirige-se para a colocação estratégica de eleitores e formadores, para a abertura de leitorados, edição de livros *on-line* e ampliação da oferta de conteúdos e serviços na rede.

Orçamento

A despesa consolidada do MNE representa 0,6 por cento do total da despesa da AC e 0,2 por cento do PIB. Regista-se neste Ministério uma redução de 3,7 por cento da despesa, no seguimento da orientação definida pelo Governo no sentido de uma maior contenção das despesas públicas.



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Políticas

A política de reformas no âmbito deste ministério estará estreitamente articulada com a estratégia de consolidação orçamental a prosseguir pelo Governo, não deixando de assumir a perspectiva de permitir à Administração Pública a sua preparação para um novo período onde se notará uma diminuição da sua dimensão, um reordenamento dos serviços desconcentrados de nível regional ou um reforço das condições de mobilidade no interior da Administração.

Mas outras medidas estão igualmente pensadas. É caso, por exemplo, da revisão do sistema de avaliação de desempenho dos funcionários públicos ou a concepção de um sistema da avaliação dos serviços.

Orçamento

A despesa consolidada deste Ministério, excluindo passivos financeiros estabelecidos, ascende a 16 527, 1 milhões de euros, sendo que a despesa exclusivamente de funcionamento do ministério rondará os 467,4 milhões de euros, representando 0,9 do total da AC e 0,3 do PIB. Regista-se para 2006 uma redução da despesa, em relação a 2005, na ordem dos 2,9 por cento, devido sobretudo ao rigor exigido para o exercício económico do próximo ano.



Ministério da Defesa Nacional

Políticas

De entre um conjunto vasto de iniciativas, tendo sempre como pano de fundo as restrições orçamentais com que

o país se defronta, o Ministério da Defesa Nacional coloca como primeira preocupação a segurança do Estado e dos cidadãos.

Mas outros aspectos estão igualmente contemplados. É o caso, por exemplo, de uma aposta séria num melhor aproveitamento das potencialidades da Defesa Nacional nos domínios da investigação e inovação tecnológicas, na melhoria da gestão integrada do património histórico e cultural das Forças Armadas ou no desenvolvimento de parcerias público-privadas especialmente voltadas para a área da defesa.

Orçamento

A despesa consolidada neste ministério ascende a 2077,5 milhões de euros, o que representa cerca de 3,8 por cento do total da despesa da AC e 1,4 por cento do PIB. Regista-se no Ministério da Defesa Nacional um acréscimo de 1,2 por cento, situação que se deve essencialmente aos recursos entretanto afectados à Lei de Programação Militar garantidos por receitas gerais e destinados a dar continuidade ao processo, já em curso, de modernização e reequipamento das Forças Armadas. Regista-se ainda o crescimento de 34 por cento nas despesas com compensação em receita, em consequência da criação do fundo dos antigos combatentes, fundo este destinado a suportar os encargos decorrentes com os antigos combatentes em relação à sua aposentação e reforma.



Ministério da Justiça

Políticas

O orçamento do Ministério da Justiça é, antes de mais, um instrumento colocado ao serviço de uma política de justiça diferente da seguida até aqui em Portugal, que assentará, sobretudo, na inovação e no rigor.

Os portugueses querem e têm direito a dispor de uma justiça moderna e operacional, razão pela qual este ministério consagra medidas de eliminação e simplificação de processos e procedimentos, de inovação tecnológica e de desburocratização, facilitando assim a promoção do acesso aos tribunais, aos serviços de registo e a todos os serviços da justiça de forma a tornar mais fácil e operacional este sector.

Trata-se pois de um orçamento para a Justiça que combina inovação e rigor, transformando os estrangulamentos orçamentais em desafios para a mudança.

Orçamento

A despesa consolidada do Ministério da Justiça ascende a 1326 milhões de euros, verba que corresponde a 2,4 por cento do total da AC e a 0,9 por cento do PIB.

Se compararmos esta estimativa em relação à executada em 2005, verifica-se que a despesa consolidada apresenta um crescimento de 3,1 por cento.

Em relação à despesa de funcionamento, esta apresenta um decréscimo de 6,6 por cento resultante das reduções de 5,2 por cento e 8,9 por cento, respectivamente, das receitas gerais e das receitas consignadas, em virtude das reduções exigidas pelo esforço da racionalização da despesa consignadas no OE.



Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Políticas

Nas diversas áreas onde este Ministério exerce responsabilidades, serão implementadas medidas de política que apontam para quatro vectores fundamentais transversais às três áreas tuteladas por este Ministério.

- Ambiente – as políticas neste capítulo pugnarão por uma relação amigável entre o ambiente e a economia, tendo em vista a sustentabilidade do país.
- Simplificação administrativa – defesa da qualidade do ambiente e do ordenamento do território, tendo em vista emprestar uma maior eficácia no que respeita aos custos administrativos para cidadãos e empresas.
- Repor a legalidade – tendo em vista, nomeadamente, a orla costeira e as chamadas áreas protegidas, sectores onde o Ministério não deixará de intervir com determinação no sentido de repor a legalidade estabelecida.
- Prossecução de uma política coerente na defesa da conservação da natureza.
- Recuperação de espécies e habitats em áreas protegidas.
- Valorização da rede Natura 2000.
- Continuação do processo de instalação de dois centros integrados para recolha, valorização e eliminação dos resíduos industriais perigosos.

Ordenamento do Território e Política de Cidades

No capítulo do ordenamento do território e da política de cidades, pretende-se consolidar uma política de cidades coerente e forte, garantir e qualificar o acesso à habitação, desenvolver um quadro de instrumentos de valorização dos recursos do território e tornar coerente e eficaz os diversos instrumentos de gestão do território.

Desenvolvimento Regional

A acção do Governo nesta área focará prioritariamente a preparação do Quadro de Referência Estratégica Nacional e os subsequentes programas operacionais e terá uma atenção muito especial num desenvolvimento regional equilibrado de todo o território nacional.

Orçamento

A despesa prevista em OE para este Ministério ascende a 599,2 milhões de euros o que representa 1,1 por cento da despesa da Administração Central e 0,4 por cento do PIB. Regista-se uma diminuição de 31,2 por cento na despesa para 2006, em relação ao corrente ano, facto que se encaixa na necessidade de contenção orçamental estabelecida pelo Governo.



Ministério da Economia e da Inovação

Políticas

Portugal necessita de políticas que apontem para o seu rápido desenvolvimento económico. Para se atingir este objectivo, de forma a que o país retome uma fase de

crescimento e de convergência com os parceiros europeus, surgindo, simultaneamente, com capacidade de participar activamente nas discussões dos processos de globalização, é essencial introduzir uma efectiva alteração do padrão de especialização, nomeadamente através da incorporação de maior valor acrescentado.

Para que este objectivo possa ser atingido, o Governo preconiza uma estratégia assente num contrato de confiança entre o Estado, os empresários e os trabalhadores.

O programa económico do Governo, reflectido no OE para 2006, aponta também para um conjunto de outras iniciativas que importa salientar:

- Relançar o crescimento económico com uma clara aposta na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento, pressupostos integrados no Plano Tecnológico defendido pelo primeiro-ministro
- Promoção da eficácia do investimento e da dinâmica empresarial, estimulando a criação de novas áreas de emprego, aumentando a capacidade competitiva e garantindo a regulação da governação societária
- Formação e qualificação dos recursos humanos
- Simplificação Administrativa
- Reforço e estímulo à utilização do capital de risco
- Concretização do Fundo de Modernização do Comércio
- Assegurar a concertação estratégica entre objectivos sectoriais e regionais.
- No âmbito da internacionalização divulgar os produtos portugueses nos mercados externos
- Alargamento da base exportadora e colocação dos produtos e serviços portugueses em posições superiores da cadeia de valor internacional.

Orçamento

A despesa total consolidada do Ministério da Economia e da Inovação ascende a 111,9 milhões de euros, o que corresponde a 0,7 por cento do PIB e a 2,1 por cento da despesa da Administração Central, verificando-se um decréscimo na ordem dos 18,9 por cento comparativamente à estimativa de execução de 2005.



Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Políticas

A recente revisão da Política Agrícola Comum (PAC) veio consolidar o entendimento de que a agricultura não se limita à sua função tradicional de produção de produtos alimentares e de matérias primas, mas que integra ainda uma visão estratégica de reforço do papel do mercado na orientação da produção, reforçando a necessidade de promover a competitividade.

O sector das pescas deverá estar em condições de enfrentar os desafios da globalização das crescentes exigências em termos de qualidade e segurança alimentar.

Neste sentido, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas defende a promoção de um desenvolvimento sustentado do território a que se junta um novo olhar sobre a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.

Várias são as medidas que visam atingir estes objectivos principais:

- Retoma do programa de novos regadios
- Reformar o programa de instrumentos de reestruturação fundiária
- Rever o regime da Reserva Agrícola Nacional (RAN)

- Melhorar o enquadramento jurídico das hidroagrícolas
- Novas medidas relativas ao ordenamento florestal, cinegético e de águas interiores
- Elevar os níveis de competitividade e rentabilidade das fileiras agrícolas e florestais
- Reforçar os níveis de segurança alimentar e da qualidade ao nível dos produtos e dos processos produtivos
- Modernizar a administração e promover o desenvolvimento institucional do sector

Orçamento

A despesa consolidada para este Ministério ascende a 2296,4 milhões de euros, um decréscimo de 8,3 por cento, representando 4,2 por cento do total da AC e 1,5 por cento do PIB.



Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Políticas

As medidas que o MOPTC apresenta para 2006 inscrevem-se numa estratégia sectorial abrangente e integrada nas suas principais áreas de actuação.

Infra-estruturas rodoviárias

- Prioridade à execução dos projectos de ligação da rede nacional à rede rodoviária internacional
- Promover a realização de estudos relativos às acessibilidades ao novo aeroporto
- Monitorização do estado de conservação das rodovias nacionais
- Promover a segurança rodoviária

Transporte Aéreo

- Executar os estudos técnicos e financeiros para o novo aeroporto da Ota
- Preparar o país para o Céu Único Europeu"
- Concluir a actual fase de desenvolvimento do aeroporto Sá Carneiro

Sector Marítimo e Portuário

- Melhorar as acessibilidades rodo-ferroviárias e marítimas aos principais portos do país
- Melhorar as condições operacionais dos principais portos, com destaque para os portos de Aveiro (terminal de granéis líquidos) e da Alcântara, em Lisboa

Sector ferroviário

- Conclusão da modernização da linha do norte
- Início da construção da ligação Aveiro-Salamanca, com ligação ferroviária ao Porto de Aveiro
- Modernização das linhas de Sintra, Cascais e da cintura e eixo ferroviário norte-sul
- Continuação da modernização das linhas da Beira Baixa, Oeste, linha do Douro e do Algarve

Rede de Alta Velocidade

- Continuação dos estudos da rede de alta velocidade, em particular das ligações Lisboa-Porto-Vigo e Lisboa-Elvas-Madrid

Redes de Metropolitano

- Continuação das obras de expansão de rede do metro de Lisboa
- Conclusão da 1ª fase da rede do metro do Porto

- Conclusão da 1ª fase da rede do metro de superfície da margem sul do Tejo
- Lançamento do concurso para o metro ligeiro de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo

Orçamento

O total da despesa ascende neste Ministério a 1129,8 milhões de euros, o que corresponde a 2,1 por cento da Administração Central e a cerca de 0,8 por cento do PIB. Este valores apresentam uma redução de 2,6 por cento com especial incidência ao nível das despesas de funcionamento cobertas por receitas gerais e consignadas. Os investimentos no MOPTC, que absorvem 807,6 milhões de euros, representam um peso de mais 3,2 por cento relativamente à estimativa de 2005.



Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Políticas

Os objectivos da política de emprego e formação profissional em 2006, traduzem os definidos no quadro da Estratégia Europeia para o Emprego.

- Aumentar a participação no mercado do trabalho
- Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas
- Promover o emprego como pilar da coesão social e territorial.

A promoção de políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é outro dos objectivos a atingir, assim como o desenvolvimento de políticas voltadas para programas de emprego para desempregados, políticas essas voltadas para jovens, activos, seniores, licenciados ou pessoas com deficiência.

Pretende ainda este OE apostar forte no combate à pobreza, assim como reforçar a eficiência administrativa do sistema da Segurança Social.

Orçamento

A despesa do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social totaliza 6851,7 milhões de euros, o que corresponde a 4,6 por cento do PIB e a 12,6 por cento das despesas da Administração Central.

A despesa total prevista deverá registar um aumento de 601,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de crescimento de 9,6 por cento.



Ministério da Saúde

Políticas

São diversos os objectivos estratégicos deste Ministério onde deixa de haver suborçamentação. Aumentar os ganhos em saúde dos portugueses, reforçar os mecanismos de planeamento estratégico dos recursos existentes, melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a qualidade e, finalmente, controlar o ritmo de crescimento da despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Estes objectivos serão conseguidos implementando um conjunto de atitudes e de acções que o Governo se propõe introduzir já a partir de 2006.

Assim, e de modo a obter maiores ganhos para a população, a prioridade neste capítulo será dada à promoção da saúde e à prevenção efectiva das doenças, situação a alcançar através da aplicação do Plano Nacional de Saúde (PNS). Para tal, foi constituído o Alto-Comissariado da Saúde, organismo que tem em vista a coordenação e o desenvolvimento do PNS.

A área da saúde pública será igualmente objecto de acções especiais. Após a discussão pública das propostas de reorganização, decorrerá a implementação das mudanças, no sentido de reforçar os meios e as competências dos Centros Regionais de Saúde Pública.

Orçamento

A despesa consolidada deste Ministério ascende a 8692,3 milhões de euros, o que equivale a 5,8 por cento do PIB e a 16 por cento da despesa da Administração Central.

Face à estimativa de despesa do corrente exercício orçamental, aquele valor representa um acréscimo de 0,9 por cento, aumento que se explica, entre outras razões, pelo aumento das vendas afectas a investimentos do Plano. Se se excluir a contribuição para o SNS, a despesa de funcionamento prevista para o subsector Estado coberta por receitas gerais, mantém-se ao nível do Orçamento Rectificativo aprovado em 2005. Contudo, a despesa com compensação em receita própria dos serviços sofre um decréscimo de 1,1 milhões de euros, ou seja, menos 11,2 por cento em virtude da diminuição prevista das verbas a receber da UE, no âmbito de programas co-financiados pelo Fundo Social Europeu.

Estima-se para 2006 um aumento da taxa de crescimento em 1,1 por cento da despesa do SNS em relação aos gastos de 2005.



Ministério da Educação

Políticas

O compromisso assumido pelo Governo neste sector visa colmatar os défices de qualificação da população portuguesa, contribuindo assim para aumentar os níveis de coesão social e para a modernização económica e tecnológica do país, bem assim como para fortalecer o espírito de cidadania no quadro preconizado pela Estratégia de Lisboa.

As políticas a desenvolver no curto e médio prazo serão direccionadas para uma adequada organização e gestão dos recursos educativos, que se ajuste de forma sustentada às necessidades do sistema educativo decorrentes, entre outros aspectos, da evolução demográfica. Simultaneamente as políticas apontam igualmente para a melhoria da qualidade das aprendizagens.

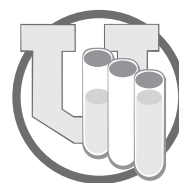
Para que estes objectivos possam ser atingidos no mais curto espaço de tempo, o Ministério da Educação aponta um conjunto de acções que pretende implementar já a partir de 2006.

É o caso, por exemplo, da aprendizagem do inglês logo nos 3º e 4º anos do 1º ciclo, do combate ao insucesso e abandono escolar, da criação de mais oportunidades capazes de alargar a aprendizagem ao longo da vida, do reforço do papel da Administração Educativa no serviço que presta às escolas e à comunidade e, finalmente, o aprofundamento da cultura e a prática da avaliação.

O insucesso combate-se continuando a alargar a rede do pré-escolar, lançando um programa de formação contínua em matemática para os professores do 1º ciclo do ensino básico, valorizando o ensino da língua portuguesa, promovendo o ensino experimental das ciências no ensino básico.

Orçamento

A despesa do Ministério da Educação atinge o montante de 6115,8 milhões de euros, o que corresponde a 4,1 por cento do PIB e a 11,2 por cento das despesas da Administração Central, crescendo 0,2 por cento em relação à estimativa de execução de 2005. Esta variação resulta do efeito conjugado de um decréscimo nas despesas de funcionamento cobertas com receitas gerais com incidência relevante no ensino básico e secundário, resultante sobretudo das medidas políticas introduzidas na organização e gestão dos recursos educativos e de um acréscimo nas despesas com a educação pré-escolar e com os investimentos do plano.



Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Políticas

O investimento nesta área, consignado no orçamento do Ministério para 2006 é de crescimento efectivo, de acordo com a prioridade política expressa no Programa do Governo. De facto, as principais opções de política para o próximo ano têm como objectivo contribuir para vencer o atraso científico e tecnológico do país, fazendo retomar o crescimento e a capacidade destas áreas em Portugal.

Orçamento

A despesa do MCTES atinge o montante de 2219,7 milhões de euros, o que corresponde a 1,5 por cento do PIB e a 4,1 por cento das despesas da Administração Central, crescendo 6,3 por cento em relação à estimativa de execução de 2005.



Ministério da Cultura

Políticas

As metas a atingir em 2006 para este ministério compreendem quatro principais linhas de acção:

- Salvar e valorizar o património cultural
- Apoiar a criação artística e a difusão cultural
- Qualificar o tecido cultural através da constituição de redes dinâmicas de equipamentos e actividades culturais
- Promover e difundir internacionalmente a cultura portuguesa

Orçamento

O orçamento do Ministério da Cultura ascende a 260,6 milhões de euros, o que representa 0,2 por cento do IB e 0,5 por cento da despesa da Administração Central.

O orçamento de 2006 prevê um aumento de 13,1 milhões de euros relativamente à estimativa de execução para 2005, a que corresponde uma taxa de crescimento de 5,3 por cento. Este aumento reflecte-se apenas nos investimentos do plano, já que as despesas de funcionamento e do subsector dos serviços autónomos apresentam variação negativa.

AFONSO CANDAL CONSIDERA

OE PARA 2006 É CREDÍVEL, TRANSPARENTE E VISA A JUSTIÇA SOCIAL

O deputado socialista Afonso Candal classificou o Orçamento de Estado (OE) para 2006 como um documento "credível" que assenta num cenário macroeconómico realista e de crescimento moderado. Ao introduzir a discussão sobre o OE na sessão plenária da Assembleia da República do passado dia 19, Candal descreveu as propostas do Executivo liderado por José Sócrates como fiéis à verdade, uma vez que não se resumem, como no passado recente, a um recurso a expedientes extraordinários e "não pretendem mascarar a real situação das finanças nacionais".

Depois de salientar que o documento apresentado pelo Governo no passado dia 17 "elimina a suborçamentação numa área central da prestação do serviço público", como é a Saúde, o parlamentar do PS destaca como evidentemente positivo que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tenha registado uma dotação aumentada em 31 por cento.

Para Afonso Candal, o OE 2006 salvaguarda, igualmente, os compromissos políticos assumidos pelo Executivo de Sócrates, no que respeita, segundo exemplificou, ao ensino do Inglês no primeiro ciclo do ensino básico ou à garantia de um rendimento mínimo de 300 euros para os idosos que, nesta primeira fase da medida, tenham mais de 80 anos.

Mas, não obstante o esforço que as medidas acima descritas acarretam, o deputado socialista, considera que o

documento do Executivo é "um orçamento de consolidação", já que regista "um enorme esforço de contenção da despesa, sem apresentar cortes cegos e arbitrários, nem generalizar elevadas taxas de cativação a todas as despesas e sectores".

O Orçamento de Estado para o próximo ano – vincou – "representa uma forte aposta em promessas antigas mas nunca antes executadas como sejam uma nova política de gestão de recursos humanos, de gestão do património do Estado e um processo acelerado de auditorias a todas as áreas governamentais, que inspirará uma profunda reestruturação dos serviços públicos por forma a melhorar os serviços e racionalizar gastos".

Afonso Candal assinalou também, na intervenção que fez no Parlamento, que as propostas do Governo "servem os portugueses em múltiplos aspectos", apontando exemplos como a criação do balcão único dos serviços públicos, a concretização do cartão único do cidadão e a implementação do documento único automóvel, sem esquecer referir medidas igualmente inovadoras como sejam a introdução de critérios ambientais no cálculo do imposto automóvel ou o fim do sigilo fiscal que permita a divulgação pública dos contribuintes em dívida.

Assegurando que a proposta governativa de OE para 2006 "busca a transparência e a justiça social", o deputado apontou para



os "passos importantes e determinados que têm sido dados no sentido de aproximar os regimes de protecção social ou de assistência na doença, bem como no

campo da simplificação e da harmonização fiscal".

Sobre este último aspecto, frisou, "o reforço do combate à evasão e fraude fiscais com

a definição de um quadro impar de controlo dos sistemas informáticos de apoio à facturação das empresas", destacando ainda o "reaparecimento dos benefícios fiscais sobre os Planos Poupança Reforma (PPR) numa lógica substancialmente diferente da existente no passado".

Finalmente, a propósito da tributação fiscal, Afonso Candal reconheceu que elas já existem, criticando, porém o que considerou tratar-se de "uma discriminação pouco explicável" entre a forma de tributação destes rendimentos e dos rendimentos do trabalho.

"Por que razão um trabalhador no activo que tenha um rendimento anual de cerca de 10 mil euros é tributado em mais de 500 euros e um pensionista com o mesmo rendimento não paga", questionou, saudando que o documento do Governo vise uma aproximação entre as duas deduções específicas.

A terminar, o deputado socialista chamou todos os partidos com assento parlamentar a tarefa de discutir a proposta de Orçamento de Estado: "Dos que construtivamente consideram este documento globalmente positivo, aos que insistem em não querer ver a realidade, e caminham demagógica e populista para uma situação de muito difícil recuperação". Recorde-se ainda que o OE para 2006 será votado na generalidade a 11 de Novembro, na especialidade a 29 de Novembro e, em votação final global, a 30 do mesmo mês.

MARY RODRIGUES

COSAC

ARMANDO FRANÇA DEFENDE REFORÇO DOS PARLAMENTOS NACIONAIS



Fomentar e incentivar cada vez mais o papel político, vigilante e escrutinador dos parlamentos nacionais dos Estados-membros da União é, na opinião do deputado socialista Armando França, uma condição essencial para vencer o complexo e irreversível processo de construção europeia. Ao intervir, recentemente, na 34ª COSAC (Conferência das Comissões Comunitárias Europeias dos Parlamentos da União Europeia), que se realizou em Londres, o parlamentar português sublinhou a centralidade da questão das competências da UE e do princípio de subsidiariedade, que, conforme explicou, delimita o campo de intervenção e as funções da União Europeia.

M.R.

NOVA LEI ELEITORAL PARA A MADEIRA APROVADA POR UNANIMIDADE

A nova lei eleitoral para a Região Autónoma da Madeira, que reduz o número de deputados para 47 e cria um único círculo eleitoral, foi aprovada, no passado dia 20, com os votos favoráveis de todos os partidos com assento parlamentar.

Apesar da unanimidade quanto à lei aprovada, os partidos apresentaram diferentes pontos de vista sobre a democraticidade do regime madeirense, onde vigora uma maioria absoluta do PSD.

"O voto, na Região Autónoma da Madeira, não é inteiramente livre, é condicionado de forma ilícita", denunciou o líder regional dos socialistas e deputado, Jacinto Serrão.

O parlamentar socialista eleito pelo círculo eleitoral da Madeira acusou ainda o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, de "usar e abusar de meios públicos para fazer campanha de natureza partidária até à véspera das eleições, dia da reflexão".

Depois de fazer uma breve referência à incansável luta que, ao longo de quase três décadas de autonomia, o PS-M tem travado, visando o "aperfeiçoamento do regime democrático na região", Jacinto Serrão sublinhou a crucialidade da

aprovação parlamentar de uma "lei eleitoral justa", que garanta, conforme referiu, "uma fiel tradução de votos em mandatos na Assembleia Legislativa da Madeira".

"Nestes 30 anos de autonomia, o número de deputados eleitos por cada um dos partidos não tem correspondido à proporcionalidade dos votos expressos nessas forças políticas", disse o líder do PS madeirense, para depois acusar directamente o PSD-M, "que consegue deputados sem os merecer", de nada fazer, antes pelo contrário, para alterar "esta situação que belisca a democracia na região".

Referindo-se ao número de deputados no parlamento madeirense, Jacinto Serrão classificou-o como "claramente excessivo", tendo em conta a dimensão populacional da Região Autónoma da Madeira.

Recorde-se que, até agora, a Assembleia Legislativa Regional madeirense era constituída por 68 deputados e existiam 11 círculos eleitorais, correspondentes a cada um dos concelhos.

Mas, segundo o deputado socialista, o problema não se fica só pela proporcionalidade, estendendo-se à existência de "violações grosseiras e reiteradas, por

parte dos titulares de cargos públicos do Governo Regional e das autarquias, dos princípios da neutralidade e da imparcialidade sem que, até agora, tenha havido qualquer consequência".

Segundo Jacinto Serrão, os ilícitos deste tipo "repetem-se impunemente em cada acto eleitoral que se realiza na região, saudando que, aquando do sufrágio autárquico, a Comissão Nacional de Eleições tivesse resolvido passar das meras advertências do costume para uma queixa no Ministério Público contra Jardim por condicionar o voto dos cidadãos.

"Esperemos que desta vez se faça justiça e que o senhor presidente do Governo regional não se refugie, como tem vindo a fazer há 30 anos, na imunidade", declarou.

Insurgindo-se, mais uma vez contra o que descreveu como "as pretensões imobilistas dos dirigentes do PSD-M", Jacinto Serrão saudou o projecto de lei que acabaria por ser aprovado por unanimidade na Assembleia da República, frisando que esta será "uma lei mais justa e conforme os princípios orientadores duma democracia de regime parlamentar".

MARY RODRIGUES

CRIADA AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O Governo aprovou, em reunião de Conselho de Ministros, o diploma que cria a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), organismo que vem substituir a Inspeção-Geral das Actividades Económicas, a Agência Portuguesa de Segurança Alimentar, estrutura aliás que nunca chegou a entrar em funções, e a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.

Com esta medida, o Executivo unifica as competências de dois organismos, duas direcções-gerais, uma direcção de serviços, bem como reúne nesta nova entidade as competências de fiscalização até agora espalhadas por sete direcções regionais e seis divisões de serviço, responsabilizando-se ainda por algumas das competências até agora atribuídas a três institutos públicos e a dois laboratórios.

A nova autoridade para avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, agora criada, passa a ser a única entidade responsável pela vigilância e qualidade dos produtos alimentares consumidos no país, assumindo-se ainda como a autoridade de ligação com os outros Estados-membros da UE. Ficará ainda responsável pela disciplina do exercício das actividades económicas nos sectores alimentar e não alimentar.

Ao aprovar esta reorganização, o Governo pretende otimizar os índices da qualidade dos serviços prestados aos consumidores, assegurando em simultâneo um serviço mais adequado aos agentes económicos, uma vez que estes passam a ter como interlocutor uma só entidade mais próxima das suas actividades.

Esta proximidade, entre a avaliação e a comunicação de riscos e a clarificação das responsabilidades em matéria de fiscalização em geral, e, em particular, na área da segurança alimentar, segundo o Governo, vai permitir, por um lado, um mais eficaz e disciplinado controlo, e, por outro lado, uma maior rapidez nas decisões.

Nesta reunião de Conselho de Ministros, foi ainda aprovado um conjunto de outras medidas que importa referir.

Alteração ao código do IRS e IRC

Destaque para o decreto-lei que revê o regime jurídico de assistência na doença dos funcionários do Ministério da Justiça, onde é promovida a convergência do subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça com a ADSE, reservando a prestação dos serviços sociais do ministério a um número mais restrito de funcionários, estendendo a prestação de assistência da ADSE aos familiares e restantes funcionários.

Esta nova medida aprovada pelo Governo visa fazer convergir os diversos subsistemas de saúde públicos com o regime geral de Assistência na Doença aos Servidores Cívicos do Estado (ADSE). O Conselho de Ministros aprovou



igualmente uma revisão aos códigos do IRS, IRC, código do imposto de selo, código do imposto municipal sobre imóveis, código do imposto municipal sobre as transmissões onerosas e ao regime do IVA nas transacções intercomunitárias.

Com a aprovação deste decreto-lei

pretende o Governo reduzir a complexidade do ordenamento fiscal, propondo diminuir e simplificar as obrigações aos contribuintes, promovendo a eficácia e a equidade.

Segundo a nova determinação legal sobre matéria fiscal, deixa de ser exigível aos contribuintes entregar documentos

que contenham informação já do conhecimento oficioso da Administração, para efeitos de avaliação e tributação de imóveis transferidos, apresentar plantas relativas a construções anteriores a 1951, ou seja, aquelas que não entram no âmbito das exigências de licenciamento do Regime Geral das

Edificações Urbanas (RGEU), ou apresentar em papel a declaração que lhes permita suspender os pagamentos por conta.

Aprovada foi igualmente em Conselho de Ministros a proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de ilícitos de mera ordenação social, de criação de entidades não jurisdicionais de composição de conflitos, direitos dos consumidores de serviços financeiros e comunicações comerciais não solicitadas, no âmbito da comercialização à distância de serviços financeiros ou ainda a autorização para que o Governo possa transpor para a ordem jurídica interna a directiva 2002/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados aos consumidores. Esta reunião do Governo aprovou também um decreto-lei que fixa as condições de funcionamento e financiamento da Comissão Técnica e dos Grupos de Trabalho previstas no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, diploma que visa garantir a operacionalidade do processo reformador da Administração Central, já iniciado, cometendo à Direcção-Geral da Administração Pública funções de apoio técnico.

Comunicações públicas mais seguras

Outra das resoluções saídas do Conselho de Ministros visa a criação de uma autoridade de certificação electrónica destinada a proporcionar mecanismos de autenticação seguros para a transmissão electrónica de dados no âmbito do Estado.

Com a instalação desta autoridade passa a existir um maior reforço na segurança e na modernização das comunicações electrónicas públicas, caminhando-se no sentido do Governo Electrónico (e-government), e num mais sustentado apoio aos diversos projectos no âmbito da Sociedade de Informação, como, por exemplo, os relativos ao cartão do cidadão, ao passaporte biométrico, à disponibilização de serviços da administração pública pela Internet que requeiram autenticação digital forte de identidades e assinaturas electrónicas.

Duas outras medidas de relevante importância foram ainda aprovadas na reunião deste Conselho de Ministros. Uma referente à estratégia nacional para a energia, propondo o Governo que o país diversifique os seus recursos primários energéticos, nomeadamente apostando nas energias renováveis e diminuindo paralelamente o recurso aos combustíveis fósseis, a promoção da eficácia das empresas e do tecido produtivo, garantindo um melhor e mais adequado equilíbrio ambiental, nomeadamente com a redução dos níveis de CO2 e uma segunda determinação relativa à regularização da utilização por parte das forças policiais, administrativas e judiciais de equipamentos de videovigilância.

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS VAI SER ALTERADA

O Governo quer que até Março de 2006 a Lei das Finanças Locais seja alvo de uma profunda actualização. Para o efeito, foi criado na dependência do ministro de Estado e da Administração Interna e do ministro de Estado e das Finanças, um grupo de trabalho com a missão única de proceder à revisão desta importante lei que rege de forma determinante a vida dos municípios portugueses.

Esta revisão, prevista no programa do actual Governo, insere-se num quadro mais amplo que visa uma melhor e mais adequada sustentação orçamental e de solidariedade financeira entre os diversos subsectores do sector público administrativo e pretende, paralelamente, ajudar a concretizar o princípio de uma mais proporcionada descentralização.

Segundo o Executivo, o processo de transferência de competências para os municípios e freguesias, concretizando o princípio da descentralização, é um importante instrumento de redução da despesa pública, com implicações no plano financeiro, decorrentes da operacionalidade do princípio da subsidiariedade.

Neste sentido, a reforma do sistema de financiamento autárquico deverá incidir especialmente sobre os critérios de repartição e transferência anual do Orçamento do Estado sobre o quadro de receitas próprias.

Do grupo de trabalho que terá por incumbência proceder ao estudo da reforma da Lei das Finanças Locais, constituído por personalidades ligadas ao meio académico universitário, fazem ainda parte individualidades oriundas da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (Anafre).

A coordenação do grupo será assegurada pelo secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, em representação do ministro de Estado e da Administração Interna, e ainda pelos secretários de Estado adjuntos do Orçamento e dos Assuntos Fiscais, em representação do ministro de Estado e das Finanças.

R.S.A.

APROVADAS ALTERAÇÕES À LEI DA NACIONALIDADE

O Governo apresentou na Assembleia da República um conjunto de iniciativas tendo em vista proceder a alterações na Lei da Nacionalidade. Cumpre-se deste modo uma promessa feita no Programa do Governo e reafirmada pelo primeiro-ministro em Julho passado, durante o debate do Estado da Nação.

Com esta iniciativa legislativa do Executivo liderado por José Sócrates, aprovada por maioria no Parlamento, passa a ser mais fácil e desburocratizada a concessão da nacionalidade portuguesa aos estrangeiros residentes no país.

A partir de agora é atribuída nacionalidade portuguesa às pessoas nascidas em Portugal, filhos de progenitores que também tenham nascido no país e que aqui tenham permanecido, assim como às pessoas nascidas em Portugal, filhas de progenitores imigrantes que no momento do nascimento se encontrem no país há, pelo menos, seis anos.

É o caso dos impropriamente chamados imigrantes de terceira geração, os quais verdadeiramente nunca emigraram para qualquer sítio e que sempre viveram no país.

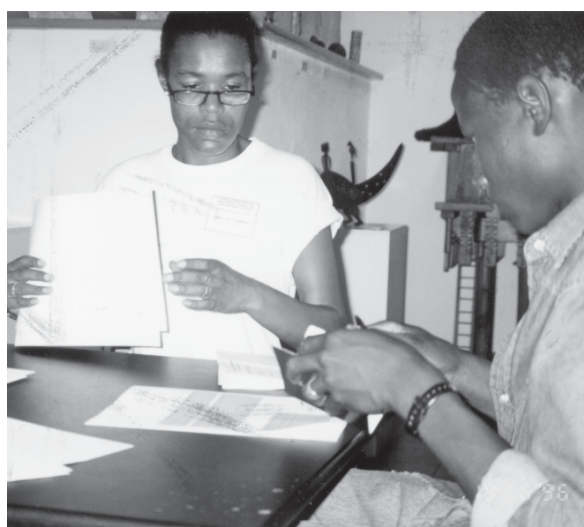
Recorde-se que, até agora, a legislação obrigava a que os estrangeiros residentes em Portugal tivessem um título válido de autorização de residência há, pelo

menos, seis ou dez anos, variando conforme fossem imigrantes de países de língua oficial portuguesa ou oriundos de outros países, para se poderem naturalizar a si e aos seus filhos.

Caso os estrangeiros não estivessem legalizados, o que ainda sucede em muitos casos, a lei determinava que era concedida aos seus filhos a cidadania dos pais ou, em alternativa, estabelecia que se deveria inscrever no assento do nascimento que a sua nacionalidade era desconhecida.

Segundo algumas associações de imigrantes, existem actualmente em Portugal cerca de 100 mil filhos de imigrantes que não têm nem a nacionalidade portuguesa nem tão pouco a nacionalidade dos seus pais, número que o Governo não garante ser verdadeiro, afirmando Pedro Silva Pereira, que o que mais importa agora não é saber quantos são, mas reter que com a introdução destas novas regras, se passa a fazer justiça a uma situação que já se arrastava há demasiados anos, tornando a lei portuguesa mais justa e mais favorável à coesão social.

Para este responsável governamental, com as medidas agora aprovadas e enquadradas na Lei da Nacionalidade, não se pretende promover ou sequer



facilitar novos fluxos migratórios, nem tão pouco "viabilizar um procedimento alternativo para a legalização extraordinária de imigrantes", mas antes, como refere, "corrigir uma gravíssima injustiça social", proporcionando a plena integração na sociedade portuguesa, expressa no estatuto da cidadania, "a pessoas que, tendo embora uma

fortíssima ligação à comunidade nacional, têm até agora permanecido amputadas nos seus direitos e sofrido as consequências de um intolável factor de exclusão".

Lembra o ministro da Presidência que a iniciativa legislativa do Governo diz respeito fundamentalmente às pessoas nascidas em Portugal, e que com este

diploma o Governo liderado por José Sócrates retoma uma velha tradição da legislação portuguesa, que, lembra, "tinha sido interrompida a partir de 1981".

Para Silva Pereira seria, todavia, "irresponsável conferir, sem mais, o estatuto da nacionalidade a qualquer pessoa independentemente das circunstâncias em que nascesse em território português". Uma tal solução, defende, aliás sem paralelo na União Europeia, "poderia produzir um forte efeito de chamada e constituir um evidente convite à imigração clandestina, com consequências seguramente indesejáveis para Portugal e para os seus parceiros europeus, integrados que estamos num espaço comum de livre circulação de pessoas".

Na opinião do Governo, sublinha Pedro Silva Pereira, as propostas apresentadas pelo Executivo socialista se, por um lado, vão num sentido de uma maior abertura no acesso à nacionalidade, não deixam, por outro lado, de ser alterações "prudentes, em que o critério do local de nascimento combina com outros requisitos de forma a prevenir utilizações abusivas e garantir uma ligação efectiva e estável à comunidade nacional".

R.S.A.

CRIADA COMISSÃO PARA COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

O Governo aprovou a criação de uma comissão para as comemorações do centenário da revolução de 5 de Outubro de 1910 para zelar pela organização de "uma programação cultural diversificada".

A Comissão, segundo o comunicado do Conselho de Ministros, "funcionará no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros e terá um prazo de seis meses para apresentar ao executivo um programa das comemorações".

Presidida pelo constitucionalista Vital Moreira, esta entidade integrará ainda o historiador da Universidade de Coimbra, Romero Magalhães, os escritores Francisco José Viegas e Inês Pedrosa, o director da EMI Valentim de Carvalho, David Ferreira, e a ex-directora do Instituto do Comércio Externo de Portugal, Madalena Torres.

M.R.



FIRMEZA E DETERMINAÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DO PAÍS

O Governo socialista continuará "firme e determinado" nos objectivos estratégicos de busca de um novo horizonte de esperança para Portugal. Esta a mensagem deixada pelo líder da bancada parlamentar socialista, ao comentar os resultados das recentes eleições autárquicas numa declaração política que fez, no passado dia 12 de Outubro, na Assembleia da República.

Reconhecendo que os socialistas não alcançaram os objectivos traçados para as autárquicas, o presidente do Grupo Parlamentar do PS frisou também que a maioria e o Executivo "trabalharão com todos os autarcas, sem distinção, a bem dos interesses das populações e da República".

Mas, "com a mesma naturalidade democrática com que reconhecemos os resultados, recusamos igualmente leituras catastrofistas ou nacionais, ou de legislação, a propósito das eleições autárquicas de 9 de Outubro", pois lembrou, no passado sufrágio "estavam em causa municípios e freguesias e não o Governo de Portugal".

"Neste sentido, a legitimidade de um Executivo com maioria absoluta em nada fica diminuída ou reforçada com estas eleições", vincou o líder parlamentar socialista, para quem "ignorar isto significa diminuir a maturidade cívica dos eleitores portugueses e a qualidade dos diferentes projectos autárquicos e a essencial distinção do projecto nacional e de Governo incorporado nas eleições legislativas".



"Fazer leituras essencialmente nacionais significaria ler os resultados de acordo com as conveniências ou achar que o Governo é mau em Santarém mas excelente em Faro", criticou, rematando que este é "um absurdo que não resiste à prova da realidade".

Todavia, vincou, "independentemente das leituras partidárias, o que se tem passado nalgumas câmaras do país obriga-nos a todos a reflectir seriamente sobre a qualidade da democracia local".

Depois de sublinhar o legado democrático que tem sido, ao longo das últimas três décadas, o exercício do poder autárquico, Alberto Martins apontou para "alguns casos" de agentes do poder local que constituem "um factor de desconfiança nas instituições" e para outros tantos que emanam do populismo autoritário e ameaçam o funcionamento regular da democracia.

Assim, defendeu, "podemos e devemos questionar sobre a equação, de um mais apurado regime de inelegibilidades e impedimentos no desempenho de cargos políticos".

E porque "o Governo e a maioria que o apoia continuam determinados em concretizar uma agenda reformista e em manter o rumo firme de desenvolvimento social e modernização económica", o líder parlamentar do PS, reafirmou a necessidade de se apostar na qualificação das pessoas, na reforma do Estado e na inovação empresarial, mas também numa "estratégia efectiva de desconcentração territorial e descentralização administrativa".

"No momento em que o poder local democrático faz trinta anos, estamos convictos que este é o melhor contributo que podemos dar para o seu aprofundamento", concluiu Alberto Martins. M.R.

KOFI ANNAN RECEBERÁ GRANDE COLAR DA ORDEM DA LIBERDADE

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, vai ser agraciado, a título excepcional, com o grande colar da Ordem da Liberdade, por decisão tomada em Conselho de Ministros, no passado dia 6 de Outubro. Segundo explicou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, esta condecoração destina-se a distinguir Annan "pelo seu relevantíssimo contributo na defesa dos valores da civilização e da causa da liberdade" e pelo seu "extraordinário empenho a favor do direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste".

PRESIDENCIAIS: PRIMEIRAS NOTAS

Soares

Nas democracias em que o presidente é eleito directamente, não pode haver maior honra para um político do que representar, em eleições presidenciais, o seu espaço ideológico. Perder ou ganhar faz parte do jogo. Antes de ganharem, Lula e Mitterrand perderam várias vezes. Portanto, há qualquer coisa que não bate certo na democracia portuguesa quando vemos políticos profissionais fugirem às suas responsabilidades. A política nacional está, aliás, cheia de tabus, fugas e cinismos. Os nossos senadores já perceberam que quando metem a cabeça de fora, perdem popularidade. E, de tanto quererem ficar bem no retrato, nunca passam disso mesmo – de senadores. A candidatura de Mário Soares representa, desde logo, um testemunho contra esta onda de demissão cívica. Soares sabe que a política implica risco e coragem. Na transição para a democracia, na integração europeia, nas presidenciais de 86 (em que começou com 8 por cento), Soares demonstrou que, na História, os actores podem ser tão ou mais decisivos do que as estruturas. Num momento particularmente importante para o nosso sistema de governo, Soares volta a dar a cara. O mínimo que posso fazer é retribuir-lhe o gesto com o meu voto.

O candidato do povo

Uma das últimas edições da Quadratura do Círculo, José Pacheco Pereira lembrou que «se Mário Soares disser o que pensa [sobre a globalização, sobre a economia, sobre o mundo], então, sim, o debate será interessante, mas cria um determinado tipo de problemas». Presume-se que a ideia de JPP é que se Soares disser o que pensa sobre estes assuntos, perde votos. De facto, um amigo da direita liberal já me confessou que acabará por engolir Cavaco no momento em que Soares reproduza a sua doutrina recente sobre «política internacional». Mas uma coisa é certa: nestas questões, o dr. Soares tem revelado intuição e está absolutamente sintonizado

FILIPE NUNES

com a cultura política dominante na opinião pública. Aliás, não me parece nada inocente o facto de ter recordado, no discurso de lançamento da candidatura, a sua participação nas manifestações anti-guerra. Se calhar, ao contrário do que sugere JPP, a repetição da «doutrina Soares» é bem capaz de render votos.

O candidato da direita

Sinceramente, acho óptimo que não haja mais candidaturas à direita de Cavaco e não percebo os receios existentes perante esta eventualidade. É que a esquerda é mesmo «sociologicamente» maioritária em Portugal (assim haja uma mobilização equilibrada entre esquerda e direita). Numa escala esquerda-direita, a maioria dos portugueses posiciona-se no campo da esquerda (e o autopsicionamento ideológico é das variáveis que mais explica o sentido de voto). Quando confrontada com inquéritos de opinião, a maioria dos portugueses tende também a dar prioridade a temas associados à esquerda, nomeadamente a defesa dos serviços públicos e do Estado Social (que Soares não poderá deixar de explorar, por oposição à progressiva «deskeynesianização» do prof. Cavaco). Ora, uma candidatura que una as direitas facilmente se torna, aos olhos de todos, na candidatura da direita, coisa que não agrada à maioria dos eleitores (em 87 e 91, Cavaco tinha oposição à direita e, segundo o próprio, representava a «esquerda moderna»). Nesse cenário, Soares fica precisamente onde lhe interessa para forçar uma segunda volta: ao centro, numa leitura constitucionalmente correcta dos poderes presidenciais, entre o revanchismo de direita e as esquerdas alternativas. Não será por acaso que Pacheco Pereira tanto insistiu na candidatura de Paulo Portas.

OPINIÃO



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

AUTÁRQUICAS 2005: O QUE ESTÁ EM JOGO E LIÇÕES A TIRAR

As eleições autárquicas de 9 de Outubro não foram como as anteriores. O que os eleitores sufragaram não foram apenas as novas presidências das câmaras, as assembleias municipais e as juntas de freguesia que conduzirão os destinos locais por mais quatro anos, mas o prestígio e a credibilidade das instituições democráticas que nasceram com a revolução de Abril para não falar da própria política. Os casos de populismo e clientelismo, de que Valentim Loureiro, Adelino Ferreira Torres, Isaltino de Moraes e Fátima Felgueiras são porventura apenas a ponta de um icebergue, constituíram casos extraordinariamente graves que nos demonstram que algo não está bem no reino do poder

autárquico deste país 31 anos depois da instauração da democracia.

Certamente que a maioria dos autarcas que foram eleitos irão servir as populações com honestidade e competência. Também é verdade que muitos daqueles que abandonarão as funções que desempenharam nos últimos quatro anos poderão orgulhar-se do seu contributo para a prosperidade e o desenvolvimento das suas regiões. No entanto, seria errado ignorar o que deve ser corrigido e sobretudo evitar fazer uma reflexão crítica sobre algumas insuficiências do poder autárquico. A pressão dos lobbies da construção civil e a fraca resistência de alguns autarcas têm sido responsáveis por um desordenamento urbano que põe em causa a qualidade de vida das populações. A ausência de perspectivas de emprego em muitas localidades em consequência da falta de incentivos ao investimento e da ruína e desaparecimento de muitas actividades económicas tradicionais, tem transformado algumas câmaras nos maiores empregadores de certos concelhos com o inevitável reforço das dependências e das práticas clientelistas. A visão eleitoralista de curto prazo e o provincianismo bacoco têm contribuído para a construção de obras faraónicas que bastas vezes deixam exangues os cofres municipais e se revelam depois autênticos elefantes brancos. Não está em causa a importância das autarquias para o futuro do país. O que se necessita é mais planeamento e menos improvisação, mais capacidade de resistência a interesses privados que querem transformar os concelhos em coutadas para os seus negócios, maior aposta na cultura e na formação dos municípios e menos selvas de cimento, mais transparência e menos clientelismo, mais rigor financeiro e menos desperdício em empreendimentos cuja utilidade social não justifica minimamente os seus enormes custos sociais.

O que esteve em causa foi a credibilidade da política entendida como serviço do interesse público. E este aspecto está para além do horizonte local ou regional das eleições autárquicas, alcançando uma dimensão nacional e mesmo europeia. É justamente por isto que estas eleições autárquicas foram diferentes das outras. A eleição de Valentim Loureiro, Isaltino de Moraes e Fátima Felgueiras, para além de contribuir para o desprestígio do país na União Europeia, revelou que mais de 30 anos após o 25 de Abril se falhou rotundamente na formação e na elevação da consciência cívica dos cidadãos e que, afinal, estão ainda bem vivas e enraizadas nas populações de certas localidades as atitudes e as práticas de desinteresse e indiferença políticas herdadas do salazarismo. Felizmente, Adelino Ferreira Torres não foi eleito, o que constitui uma boa notícia. Parabéns desde já à lista vencedora do Partido Socialista e ao novo presidente da Câmara Municipal de Amarante.

Estas eleições devem também fazer reflectir o Partido Socialista. Não adianta tapar o sol com a peneira: o PS, para além de conquistar menos votos do que nas anteriores eleições autárquicas, perdeu a maioria das capitais dos distritos para o PSD, não conseguiu conquistar Setúbal, Porto e Coimbra, foi derrotado em bastiões históricos como Santarém, perdeu o Barreiro e sofreu uma pesada derrota em Lisboa. A direcção do Partido Socialista, o coordenador autárquico e os dirigentes das concelhias das grandes áreas urbanas devem assumir claramente perante os militantes as responsabilidades que lhes cabem na escolha dos candidatos menos bem sucedidos e na organização da campanha eleitoral que conduziram a este resultado preocupante. Por outro lado, negar que esta derrota não está de modo algum relacionada com as medidas políticas problemáticas do Governo a nível nacional só poderá trazer dissabores ainda maiores no futuro.

PRESIDENCIAIS: ABERTURA OU CRISPAÇÃO?

1. As próximas eleições presidenciais, no essencial, vão traduzir-se, provavelmente, numa competição entre Mário Soares e Cavaco Silva. Cada um deles será, natural e honestamente, fiel à sua própria visão do mundo. E é precisamente isso que projecta profundas diferenças entre ambos, gerando consequências políticas que podem até escapar às suas próprias vontades.

Com o primeiro, teremos uma candidatura aberta à complexidade das sociedades actuais, radicada na possibilidade e na necessidade de as transformar profundamente, confiante na liberdade e na justiça, impregnada pelo humanismo cosmopolita do projecto europeu.

Com o segundo, em contrapartida, ficaremos encerrados num unilateralismo economicista conformado com as desigualdades actuais, factor de crispação política e de instabilidade social, veículo da elevação do fundamentalismo neoliberal a uma espécie de religião presidencial.

2. Mário Soares tem vindo a mostrar-se ciente da complexidade das sociedades actuais, encarando a economia como instrumento do desenvolvimento humano, dando a primazia à qualidade de vida das pessoas, subalternizando assim os dogmas ideológicos do economicismo dominante.

Tem estado em consonância com as dinâmicas sociais do novo século, com a generosidade crítica necessária para poder ser um protagonista útil, dentro do espaço que articula a Internacional Socialista com os movimentos sociais alternativos. E tem sabido combinar essa presença com uma activa continuidade na sua luta internacional pela liberdade e pelos direitos humanos, o que lhe granjeou já um justo destaque na cena mundial.

Dáí resulta uma profunda sensibilidade democrática na abordagem de todas as situações e de todas as conjunturas, informada com o que há de estruturalmente injusto nas sociedades actuais.

Com Mário Soares, não ficarão sem horizonte os portugueses mais desfavorecidos. A sociedade, no seu todo, será estimulada a assumir uma dinâmica empreendedora, social e tecnologicamente avançada, ambientalmente sustentável, aberta a uma valorização estrutural da economia social e solidária.

Com ele, o actual Governo poderá sentir-se encorajado a dar um sentido estratégico coerente à sua sensibilidade social, afastando-se da sombra paralisante do paradigma neoliberal. E Portugal será, seguramente, mais audível na Europa e no mundo.

3. Pelo contrário, a candidatura de Cavaco Silva é uma peça de um "puzzle" de poder há muito anunciado, episódio do sonho público e recorrente do PSD de conseguir "Uma Maioria, um Governo e um Presidente". Será, por isso, mais do que uma

RUI NAMORADO *

candidatura apoiada pelo PSD, um elemento nuclear da estratégia de poder desse partido. Sintomaticamente, tudo tem sido feito para que pareça o contrário, o que faz com as palavras que imediatamente ocorrem quanto à sua gestão sejam dissimulação e cálculo.

Os abundantes sinais que a anunciaram, no subtil jogo de ocultação que procura torná-la presente pela ausência, apontam para um enriquecimento economicista que a encerra numa visão reducionista e unidimensional da sociedade, radicada apenas no económico, com desconsideração do social, do cultural e do político.

Tudo leva a crer que o êxito dessa candidatura representaria uma verdadeira blindagem simbólica e institucional do neoliberalismo, transformado em cartilha oficial de um ensinador de governos instalado em Belém.

E, evidentemente, Cavaco Silva seria sempre um adversário estrutural, por convicção e idiossincrasia, de qualquer governo de esquerda. Pelo que teríamos na presidência um estímulo, eventualmente involuntário, à crispação na sociedade portuguesa. Um factor permanente de crise social e política, um cruzado ideológico ao serviço do essencial dos interesses dominantes. Um motor de instabilidade.

4. Tem procurado assombrar-se o povo de esquerda com o espectro de uma vitória cavaquista, erigida em fatalidade a que já não se pode escapar.

Se os estados-maiores dos partidos de esquerda não souberem, nesta conjuntura, distinguir o essencial do secundário, se a candidatura de Mário Soares não for capaz de ser um verdadeiro movimento social portador de futuro, se o povo de esquerda se deixar paralisar pela assombração, poderemos de facto sofrer na Presidência da República, por alguns anos, um fantasma do nosso passado.

Mas está, verdadeiramente, nas mãos do povo de esquerda evitá-lo. No combate político, a memória é um elemento fundamental. Por isso, é bom lembrar que, se todos os portugueses tivessem lutado contra a ditadura salazarista como o fez Mário Soares, o 25 de Abril teria chegado seguramente mais cedo. Mas se todos os portugueses tivessem agido relativamente ao salazarismo como Cavaco Silva, o 25 de Abril teria chegado muito mais tarde.

É uma pequena diferença? Quando está em causa a disputa democrática pela presidência da República, é uma diferença irremediável.

* Professor da Universidade de Coimbra, militante do PS e membro do Clube Margem Esquerda.

RECTIFICAÇÃO

Na edição do "Acção Socialista" de 7 de Setembro de 2005, no artigo intitulado "Apoio de todos os quadrantes", publicado no âmbito da reportagem relativa ao anúncio da candidatura presidencial de Mário Soares, destaca-se uma extensa lista de nomes de apoiantes, entre os quais os de Helena Morão e Marcelo Moniz que, por lapso, foram indicados como militantes da Juventude Socialista. Assim, ao abrigo do direito de rectificação (art.º 25 da Lei de Imprensa) solicitado pelos visados e pedindo desculpas pelo erro, o "Acção Socialista" rectifica: Helena Morão é assistente universitária e independente e Marcelo Moniz é gestor e não pertence à JS.

UM ORÇAMENTO DE CONFIANÇA E VERDADE



SILVINO GOMES DA SILVA

Por estes dias, tem sido grande a azáfama na Assembleia da República com reuniões sucessivas e simultâneas em Comissão por causa do Orçamento de Estado para 2006. Nada disto é novo por esta altura do ano político em que se apreciam e analisam as contas do Estado para o ano seguinte.

No entanto, há uma novidade e de grande monta. Nenhuma força política com representação parlamentar foi capaz de, há semelhança de anos anteriores, ousar afirmar que a proposta governamental é uma ficção sem qualquer

correspondência com a realidade. O mesmo se passa com os mais reputados economistas do país, da esquerda à direita do espectro político.

Não ausente totalmente de críticas, a verdade é que ninguém ainda disse que este era um mau Orçamento ou que não estava à altura dos tremendos desafios que Portugal atravessa.

Cumprindo fielmente o programa de eleitoral, que coincide aliás com o programa de Governo, este primeiro Orçamento do Governo do PS (recorde-se que o anterior se destinou a corrigir as fantasias de Bagão Félix e Santana Lopes) incorpora vários dos compromissos fundamentais da campanha eleitoral, realçando-se, desde logo, a introdução do inglês no primeiro ciclo de escolaridade.

Este é também um Orçamento aposta definitivamente na educação, no investimento em inovação, ciência e tecnologia, de acordo, aliás, com o prometido plano tecnológico. A proposta do Governo tem naturalmente uma grande preocupação com as áreas sociais. Na saúde, pela primeira vez, desde há muitos anos, o que está inscrito é aquilo que se projecta gastar, não havendo lugar a despesa colocada debaixo do tapete, que na linguagem de economista se designa por suborçamentação. Aliás, no Orçamento para 2006 não há o recurso às famigeradas receitas extraordinárias e por isso também é um documento de verdade.

Por outro lado, e ainda no cumprimento das promessas eleitorais, verifica-se que os idosos pobres com mais de oitenta anos vão ter um acréscimo na sua pensão, o que é da mais elementar justiça social.

Para reduzir a despesa da administração pública, há a coragem de acabar com regalias e privilégios absolutamente injustificados em certas categorias ou sectores profissionais, mormente no que respeita aos subsistemas de saúde, ao mesmo tempo que se avança para a reorganização dos serviços de forma a desburocratizar e a torná-los mais eficazes.

Outra das virtualidades da proposta em apreciação é que se encara de frente, sem tibiezas, o combate à evasão e fraude fiscais com o objectivo de efectivar em Portugal a equidade na justiça tributária. E no quadro do grande objectivo nacional de contenção e consolidação da despesa pública, todos são chamados a participar: Estado central, regiões autónomas e autarquias locais. Ao contrário dos anteriores governos da direita, em que a obsessão pelo défice constituía o único objectivo da política orçamental, o que nos conduziu a uma recessão, neste Orçamento de Estado para 2006, em que não se perde de vista o equilíbrio entre a despesa e a receita, está bem patente que é a saúde da economia que verdadeiramente importa e é nisso que verdadeiramente se aposta.

PS. - Entretanto, Cavaco Silva anunciou finalmente que é candidato à Presidência da República. Mas, da leitura do seu manifesto mais parece que é candidato à chefia do Governo, confusão que não podemos permitir face ao nosso sistema constitucional em que as competências dos órgãos de soberania estão bem definidas e correspondem a um equilíbrio de poderes próprio de um regime semi-presidencialista como é o nosso.

Neste ângulo de observação, a leitura que Mário Soares faz das competências do Presidente da República é a que tem verdadeira correspondência com o texto constitucional. Enquanto Mário Soares em Belém garante uma magistratura de influência, Cavaco Silva corporiza uma linha que instabilidade e guerrilha permanentes, coisa que o Governo de José Sócrates dispensa em absoluto. Os portugueses compreendem bem esta diferença e estão cada vez mais mobilizados e determinados em reeleger o fundador do PS como o próximo Presidente da República de Portugal.

NOTA FINAL

GREVE DOS JUÍZES É ILEGÍTIMA

O vice-presidente do grupo parlamentar do PS Vitalino Canas, sustentou no dia 26 que a greve dos juizes é ilegítima, por exercerem uma função de soberania, tendo apelado à sua suspensão.

"Essa greve não é legítima. Quem exerce uma função de soberania não deve fazer greve, mesmo que tenha um estatuto de funcionário público", declarou Vitalino Canas em conferência de Imprensa na Assembleia da República.

"Apelo a que a greve não continue, seja suspensa ou elevada ao seu expoente mínimo, para que não seja posta em causa a autoridade do Estado", acrescentou, acusando os juizes de "rebaixarem" o seu estatuto de soberania e de "insensibilidade social".

Segundo Vitalino Canas, os juizes "não devem sobrelevar o estatuto de funcionário público ao estatuto de soberania" nem "aceitar serem tratados como vulgares funcionários públicos". O deputado socialista sustentou que o que está em causa não é a independência da Justiça, mas "simplesmente questões de natureza salarial e financeira".

Considerando que as medidas do Governo "diminuem, embora não radicalmente, algumas regalias especiais de certas categorias", Vitalino Canas acusou os juizes de "insensibilidade social" por quererem evitar essas medidas.

"Quem quiser ficar de fora demonstrará



insensibilidade social e procurará ter um estatuto de privilégio que não podemos aceitar", disse.

Horas antes, o Governo tinha decretado a requisição civil dos oficiais de justiça para assegurar o cumprimento de serviços mínimos, "de modo a salvaguardar a satisfação de necessidades sociais imperáveis na administração da Justiça". O primeiro-ministro considerou "absolutamente absurdo" e "injusto" o motivo que está na origem da paralisação convocada por juizes e magistrados, defendendo a "necessidade de haver

equidade nos apoios sociais prestados pelo Estado aos funcionários públicos. "Juizes e magistrados não querem ter um sistema de protecção na doença igual ao que tenho e igual ao que têm a generalidade dos funcionários públicos", afirmou o primeiro-ministro. Já o ministro da Justiça, Alberto Costa, afirmou que a greve é uma "acção concertada" entre 12 organizações sindicais "para perturbar ao máximo o funcionamento do sistema" e reiterou que o Governo vai manter as medidas que levaram a esta paralisação.

IMPASSE EUROPEU PREOCUPA PS

"É do interesse de Portugal a aprovação das perspectivas financeiras até ao final do ano", afirmou no dia 25 o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, à saída de uma reunião com o primeiro-ministro, José Sócrates.

O impasse nas negociações das perspectivas financeiras da União Europeia para o período 2007-2013 dominou as

audiências do primeiro-ministro com os partidos com representação parlamentar, de preparação do próximo Conselho Europeu informal, em Londres.

Apesar do dossiê das perspectivas financeiras não estar entre os temas a abordar na reunião informal de chefes de Governo dos 25, convocada pela presidência britânica da União, também a

delegação do PS que se deslocou à residência oficial do primeiro-ministro se referiu à questão.

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, propôs como tema da cimeira informal de Londres "os desafios da globalização" ao nível da competitividade, segurança dos cidadãos e dos movimentos de capitais, pessoas e mercadorias.



Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao